

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

Gabinete da Deputada Distrital Celina Leão - PDT



Os usuários reclamam que antes o transporte coletivo do DF contava com 4.000 ônibus e 1.500 vans, hoje tem 2.500 ônibus, 450 micro-ônibus (sendo que só rodam 300), hoje só uma empresa atende 3 ou 4 cidades satélites, quando ocorrem as paralisações as cidades ficam sem transporte. No passado o DF tinha atuando 17 empresas de ônibus diferentes, hoje só 5 empresas é responsável por todo o transporte coletivo.

Debater as questões relacionadas ao transporte público do DF é um dever que esta Casa não pode se furtar, pois a população do DF tem sido muito prejudicada com as más condições na prestação do serviço público de transporte, além de pagarem uma das tarifas mais altas do país.

Diante disso, propomos a realização desta Audiência Pública, para juntamente com as autoridades e os interessados, propormos soluções para trazer melhorias aos usuários do transporte público coletivo do DF.

Sala das Comissões, em de de 2015.


Deputada **CELINA LEÃO**

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30	06	2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 59ª
(QUINQUAGÉSIMA NONA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM DE 30 DE JUNHO DE 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Rodrigo Delmasso a secretariar os trabalhos da Mesa.

Quero aqui saudar a presença dos taxistas, do pessoal dos laboratórios e dos farmacêuticos, assim como dos bioquímicos e dos defensores públicos. Sejam muito bem-vindos! (Palmas.)

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015		16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA		2

- Ata da 55ª Sessão Ordinária;
- Ata da 56ª Sessão Ordinária;
- Ata da 57ª Sessão Ordinária;
- Ata da 58ª Sessão Ordinária;
- Ata da 15ª Sessão Extraordinária.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria que, no início dos trabalhos desta tarde, nós convidássemos toda a Casa a um gesto de solidariedade ao falecimento da companheira desta Casa do primeiro concurso, a companheira Tina – eu quero que me perdoem, porque eu a tenho pelo apelido. Ela veio a óbito. Todos acompanharam o acidente que ela sofreu ao descer do ônibus. Ela perdeu a perna e veio a falecimento ontem. Eu pediria a V.Exa. que chamasse toda a Casa, os Deputados. É o que nós podemos fazer: lembrar sua vida, sua dedicação a esta instituição. Por último, trabalhava no setor de comunicação da Casa. Era muito querida por todos, uma pessoa extremamente humilde e muito responsável durante o seu tempo de trabalho nesta Casa. Eu pediria a V.Exa. que chamasse toda a Casa, inclusive aqueles que estão nos ouvindo neste momento, que pudéssemos reverenciá-la por um minuto de silêncio.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Com certeza. Eu gostaria de, neste momento, também prestar as minhas homenagens a ela e pedir a todos que estão nos ouvindo que façam um minuto de silêncio para a Tina.

(O Plenário observa um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015		16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	3	

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero saudar as pessoas que estão aqui na galeria, todos depositando, de certa forma, alguma esperança aqui na Câmara Legislativa. Pessoal dos taxistas, eu conheço vocês há muito tempo, até porque a nossa categoria de vigilantes é muito parecida com a de taxista. Um dos momentos de maior emoção da minha vida, Sras. e Srs. Deputados, foi quando um amigo meu taxista pegou uma corrida para a cidade de Araguaína – ainda era Goiás – e foi assassinado lá perto de Gurupi de Goiás. O nome dele era Francisco Mesquita. Eu, junto com um taxista chamado Bem-te-vi e com outro do qual não recordo o nome, nós, Deputado Bispo Renato Andrade, arrancamos o corpo oito dias depois de que foi enterrado e o trouxemos para ser sepultado em Brasília. A gente tinha que dar um sepultamento digno para ele porque ele tinha sido enterrado como indigente. Tinham roubado o carro, e foi enterrado como indigente. Eu sei que os senhores estão aqui hoje por uma causa justa. A maioria da população, da imprensa, todo mundo está contra o objetivo de vocês, mas eu quero dizer que eu estou a favor de vocês porque é muito fácil alguém instalar um sistema lá nos Estados Unidos, ou na França, onde quer que seja, não pagar um centavo de imposto para o Brasil e estabelecer um sistema de transporte que é clandestino. Ninguém sabe quem está atrás daquele volante. Duvido que alguém que já pegou esse sistema do Uber saiba quem é que está dirigindo. Pode haver muita gente honesta, mas pode haver muita gente desonesta também pegando essa carona e atrapalhando uma categoria que presta um serviço essencial à população.

É preciso que o Governador do Distrito Federal – cabe a ele ter a coragem de fazer isso – mande um projeto disciplinando essa situação aqui em Brasília. Existe uma lei dos taxistas, que nós votamos aqui. Todo mundo sabe das semanas a fio de debate que nós passamos para chegar a um entendimento. Chegamos a ele e aprovamos a lei. Não pode aquela lei que foi aprovada ser agora surrupiada por um sistema ilegal. É um sistema ilegal. (Palmas.) Eu assumo aqui de público – quem quiser questionar, quem quiser criticar pode criticar – que eu sou contra isso. Porque é a mesma coisa de um sujeito montar um aplicativo lá nos Estados Unidos e começar a oferecer serviço de jornalismo para as redações de jornais no Brasil. Vai causar a demissão dos profissionais da imprensa. É a mesma coisa. (Palmas.) É a mesma coisa de alguém colocar um aplicativo e dizer: “Não, esse aplicativo aqui vai fazer segurança de banco”. Vai desempregar os vigilantes. O que nós estamos precisando no Brasil, neste momento, é de emprego. Talvez muita gente não saiba, mas existe taxista que hoje é um verdadeiro escravo. Mora dentro do carro para poder sobreviver. (Palmas.) Sai de casa, Deputado Wellington Luiz, já devendo – principalmente aqueles que estão pagando aluguel do carro. Trabalha com todos os riscos. É uma das profissões mais perigosas que existem, mais penosa, mais solitária. E ainda querem tirar o pouco que vocês têm? Sou contra isso. Assumo que sou contra e por quê. Eu não tenho meias palavras. Querem me criticar porque sou contra, podem criticar. Mas eu sou contra, estou do lado de vocês, defendendo

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015		16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	4	

vocês. Vamos aprovar o projeto do Deputado Rodrigo Delmasso e vamos exigir do Governador Rodrigo Rollemberg que mande um projeto. Se fosse na época do Agnelo, a gente já tinha exigido e o projeto já teria vindo, porque o que a gente exigia ele mandava. Portanto, nós vamos exigir.

Dito isso, eu quero falar aqui com os trabalhadores da saúde, que exigem a contratação. Não adianta o Governador do Distrito Federal manter essa equipe que está na Secretaria de Saúde, que é incompetente, é irresponsável, está levando as pessoas à morte, está fechando UTIs. Não há compra de medicamentos. Até agulha de insulina está faltando. Falta fralda, agulha, falta todo tipo de medicamento. E dinheiro tem. Falta competência. Portanto, Governador, está na hora de chamar os profissionais concursados. Não me venha com essa história de contratar organização social. A maioria das organizações sociais é picaretagem, é terceirização disfarçada, é praticamente escravidão. Não vamos aceitar que isso se estabeleça aqui no Distrito Federal. Queremos a contratação dos senhores e das senhoras e a distribuição para prestar a saúde que a população merece. Hoje mesmo estavam querendo fechar o posto de saúde ali de Vicente Pires. A população foi lá e impediu. Ela quer mais profissionais.

No caso da educação, a situação é mais grave ainda, porque hoje – e os Deputados têm que tomar conhecimento disso, especialmente os que são da Base do Governo – o governo não está cumprindo a lei. Eu fiz um requerimento, Deputado Wasny de Roure, e exigi que fosse informado quantos professores, professoras e orientadores se aposentaram. Só de professores e professoras, estão sendo ocupadas, indevidamente, 1.800 vagas. Eu estou com o documento oficial que prova isso. Portanto, está na hora de cumprir o concurso, chamar os profissionais e colocá-los para trabalhar para dar educação adequada às nossas crianças. Terão todo meu apoio nesse sentido. Não me calarei enquanto não acontecer a contratação de vocês, porque vocês merecem.

Muito obrigado e um abraço a todos e a todas. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meus amigos e companheiros taxistas que estão no plenário, farmacêuticos, bioquímicos, Defensoria Pública que está aqui presente, orientadores educacionais, e demais que, talvez, eu não tenha citado.

Eu vim aqui utilizar meu espaço nos Comunicados de Líderes primeiramente para pedir o apoio dos demais Parlamentares – porque eu tenho certeza de que esta Casa dará apoio aos trabalhadores, como diz o Deputado Chico Vigilante – na aprovação do Projeto de Lei nº 282, de 2015, que regulamenta a utilização dos

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 30 06 2015	Horário Início 16h15	Sessão/Reunião 59ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 5

aplicativos de táxis aqui no Distrito Federal, banindo um aplicativo de táxi pirata utilizado no Distrito Federal, que é esse tal de Uber. Se esta Casa não der esse sinal, nós estaremos fortalecendo a pirataria no Distrito Federal e tirando o pão de dentro da casa de centenas de pais de família, Deputado Ricardo Vale, que ganham seu pão de cada dia atrás de um volante de táxi aqui no Distrito Federal, cuja praça, muitas vezes, é muito ingrata. Aqui, Deputado Bispo Renato Andrade, temos uma praça diferenciada. A praça que dá recurso, que dá alguma sustentabilidade para o taxista fica no Setor Hoteleiro Sul, no Setor Hoteleiro Norte, no Aeroporto, em Taguatinga. Infelizmente, a cultura do cidadão do Distrito Federal ainda é de não utilizar o táxi.

Eu acho que o Governo do Distrito Federal precisa incentivar a população do Distrito Federal a usar mais os táxis, até por uma campanha de redução de carros nas vias do Distrito Federal. Muitas pessoas reclamam que a tarifa de táxi é muito alta. Eu digo o seguinte: se a demanda aumentar, o preço vai cair. Acredito que essa é uma das políticas de mobilidade que deve ser incentivada no Distrito Federal, e o Governador precisa assumir esse compromisso. Como ele disse na sua campanha que precisa ter atitude para mudar, vamos ter essa atitude, vamos incentivar a utilização dos táxis aqui no Distrito Federal. Muitas vezes as pessoas não precisam usar o seu carro próprio para sair de casa e ir ao trabalho, porque elas ficam uma hora no trânsito, chegam ao seu trabalho, o carro fica quatro horas parado no estacionamento, correndo o risco de ser assaltado, correndo o risco de sofrer alguma avaria. Nós temos mais de 3 mil táxis e mais de 5 mil taxistas, contando com os auxiliares, que estão à disposição da população para servir o Distrito Federal.

Então, eu quero pedir o apoio desta Casa para aprovarmos esse projeto de lei, em dois turnos, para darmos uma resposta contra a pirataria no Distrito Federal e a favor da valorização dos trabalhadores, dos taxistas, que ficam, Deputada Liliane Roriz, doze, dezesseis horas atrás do volante. Muitas vezes, escuto até de alguns usuários que o serviço prestado por fulano de tal é melhor. Eu digo o seguinte: deem a oportunidade de os taxistas prestarem o mesmo serviço que eles vão mostrar que fazem muito melhor do que esse aplicativo pirata.

Muito obrigado.

DEPUTADO RICARDO VALE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, quero falar aos taxistas e a todos os trabalhadores que se encontram na galeria, e especialmente a V.Exa., Deputado Rodrigo Delmasso. Quero parabenizá-lo pela iniciativa, por esse projeto que V.Exa. apresenta aqui, agora. Eu conheço muito bem a categoria dos taxistas, até porque meu pai foi taxista durante quarenta anos aqui no Distrito Federal. Tenho muito orgulho por ter tido um pai taxista. São doze irmãos e meu pai criou os doze com o táxi. E sei como é duro e difícil a vida de um taxista no Distrito Federal.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015		16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	6	

Então, quero dizer a V.Exa. e aos taxistas que estão aqui que têm todo o meu apoio no sentido de resolvermos essa questão, retirarmos esse ataque que os taxistas estão recebendo no Distrito Federal. V.Exa. tem todo o meu apoio. Mais uma vez, fico muito feliz quando vejo trabalhadores que, assim como meu pai, criam e sustentam suas famílias de forma correta, honesta, transparente e com muita luta na praça.

Então, parabéns a todos vocês, e têm todo o meu apoio.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Obrigado, Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Deputada Liliane Roriz, Deputado Rodrigo Delmasso, quero cumprimentá-lo porque V.Exa. está abordando um dos temas de maior sensibilidade no dia a dia da cidade, que é o trabalho dos taxistas. Esta semana mesmo, tivemos uma manifestação. Quero cumprimentar aqueles que aderiram à manifestação. Acho que a cidadania se constrói com aqueles que têm disposição de água e de chuva na rua. Naturalmente é duro, mas é necessário.

Mas eu quero colocar a V.Exa. a necessidade de o segmento de segurança do Distrito Federal desenvolver uma política específica para dar maior respaldo e segurança a esses profissionais, que têm sido submetidos à violência, em função da vulnerabilidade, principalmente violência dos criminosos que estão soltos e daqueles que se tornaram criminosos em função de serem dependentes químicos. Portanto, eu sei que V.Exa. tem priorizado no seu mandato esse tema do trabalho dos taxistas. Quero sugerir, a exemplo de algumas cidades, que a Secretaria de Estado de Segurança Pública desenvolva um trabalho sistemático para oferecer a esses profissionais diuturnos, que trabalham madrugada a fora, vão aos mais diferentes rincões, uma política de segurança e de maior garantia à vida desses profissionais. Quero, portanto, apoiar esse trabalho que V.Exa. vem desenvolvendo.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Obrigado, Deputado Wasny de Roure. V.Exa. muito bem disse, essa manifestação aconteceu ontem. E quero parabenizar todos os taxistas porque, Deputado Ricardo Vale, a manifestação de ontem demonstrou a unidade do segmento, a unidade do sindicato, das associações. Quero parabenizar, em especial, a Presidente Mariazinha; o Presidente da Associação, Araújo; o Sérgio, que também é do sindicato, e todos que se mobilizaram para participar dessa manifestação.

Ontem, uma comissão foi recebida pelo Governador, que ali garantiu que iria intensificar a fiscalização contra a pirataria no Distrito Federal. E por falar em fiscalização, assinei um requerimento pedindo a convocação do Secretário de Estado de Mobilidade do Distrito Federal e do Subsecretário de Fiscalização para que eles

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015		16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	7	

possam explicar o porquê de alguns desmandos na fiscalização dos taxistas. Deputado Rafael Prudente, existem fiscais, só para V.Exa. ter ideia... Inclusive, recebi um vídeo de um taxista, Deputado, que foi fiscalizado no Setor Hoteleiro Sul. A fiscal que estava ali cobrando o documento perguntou ao taxista onde estava o documento dele, a carteira de motorista. Ele estava fora do carro. Quando ele virou as costas para pegar o documento dentro do carro, ela já aplicou a multa e, na hora em que ele foi entregar o documento, ela entregou a multa para o taxista. Na questão dos pneus, alguns fiscais nem sequer usam régua de medição, eles passam só a mão no pneu e pela avaliação deles acabam multando o taxista. Muitas vezes, alguns fiscais, não são todos, tratam o taxista como bandido.

Eu quero deixar uma coisa bem clara: taxista não é bandido, taxista é trabalhador. O Deputado Chico Vigilante sabe muito bem disso, como disse no seu discurso, e quero parabenizar V.Exa. pela solidariedade. Muitas vezes, as classes menos favorecidas são alijadas pelo Estado e tratadas como bandidos. Quero dizer o seguinte: aqui nesta Casa taxista tem vez e tem voz. Sabem por quê? Porque eles são trabalhadores e defendem a família.

Eu quero, acima de tudo, agradecer primeiramente também ao Deputado Julio Cesar, porque foi o Relator do PL nº 282, de 2015, na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, e deu o voto favorável. Quero agradecer ao Deputado, que, sendo Líder do Governo, aprovou esse projeto na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, o que hoje dá condições de trazermos o projeto ao plenário.

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Deputado, obrigado pelo aparte. Quero cumprimentar os taxistas que estão ali em cima. Realmente, tanto na Comissão de Defesa do Consumidor quanto na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, votei favoravelmente ao projeto por entender que aquilo que vocês estão solicitando, o que vocês necessitam, é razoável. Eu quero desde já me colocar à disposição e dizer que o meu voto é sim, podem contar comigo. Realmente, precisamos valorizar esses homens e essas mulheres que têm trabalhado em prol de uma sociedade mais justa. Então, taxista, pode contar comigo.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Para finalizar, Sra. Presidente, quero dizer que hoje, no Setor de Chácaras Lúcio Costa, Deputado Wellington Luiz, a operação Terra Prometida, da Polícia Civil, prendeu uma quadrilha de grileiros que estava usando o sonho das pessoas. Alguns ali estavam até armados. Eles tiravam os chacareiros, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que tinham a sua cessão de posse, retiravam eles dali com armas, muitas vezes, até ameaçando-os de morte, e vendiam aqueles lotes irregularmente.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 30 06 2015	Horário Início 16h15	Sessão/Reunião 59ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 8

Quero parabenizar a 4ª Delegacia de Polícia, no Guará, na pessoa de seu delegado titular. A Polícia Civil faz um trabalho exemplar no combate à grilagem no Distrito Federal. Agora que eles acabaram com o sistema de grilagem naquele lugar, nós podemos, sim, pensar na regularização.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo e ser solidário com todos os taxistas. Sendo oriundo da segurança pública, quero dizer que poucas categorias correm tanto risco quanto esses trabalhadores; portanto, eles precisam ser respeitados. Não podemos simplesmente entregar, trocar um trabalho digno feito por eles por algo no escuro. Nós não sabemos o que vem a ser esse tal de Uber e quais riscos que os passageiros irão correr. Então, quero parabenizar V.Exa. Ontem, não pude estar na assembleia dos nossos taxistas porque realmente tinha outro compromisso inadiável, mas nós do PMDB, o nosso bloco está inteiramente com V.Exa., com esses trabalhadores e não abrimos mão.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Parabenizo V.Exa. e, se Deus quiser, vamos sair hoje com esse projeto devidamente aprovado. Parabéns!

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Obrigado, Deputado Wellington Luiz.

Para encerrar o meu discurso, Sra. Presidente, eu queria pedir a V.Exa., em respeito aos taxistas, havendo acordo do Colégio de Líderes, até para que eles possam voltar para o trabalho, que, logo após os Comunicados de Líderes e os Comunicados de Parlamentares, possamos votar esse projeto.

Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Esta Presidência não tem nenhuma objeção quanto a isso, Deputado Rodrigo Delmasso.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (Bloco da Minoria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sra. Presidente; boa tarde, Sras. e Srs. Deputados; boa tarde, galeria. Eu só vim aqui agora, Sra. Presidente desta sessão, Deputada Liliane Roriz, para dizer aos taxistas que, a pedido do Deputado Rodrigo Delmasso, vocês vão poder contar com o meu voto. Com certeza absoluta, isso é o melhor para os trabalhadores do Distrito Federal. As pessoas que estão esperando a convocação: contem conosco. Estamos à disposição de todos os trabalhadores que precisam ocupar os seus espaços. Contem conosco e sejam sempre bem-vindos a esta Casa.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	9		

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Democrático Trabalhista Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Quero me solidarizar com os servidores da educação e dizer que somos favoráveis à convocação. Vamos brigar. Enquanto nosso País não pensar na educação como um todo, vamos continuar andando para trás, como tem sido todo ano.

Com relação aos taxistas, trago também um abraço do nosso Deputado Federal Rôney Nemer, que esteve ontem com o Governador. Com relação a essa discussão, é inegociável. Vamos trabalhar e aprovar este projeto para que dê tranquilidade a esses pais e mães de família que trabalham diuturnamente sem qualquer segurança do Estado.

Sra. Presidente, tenho dito que tenho sido duro em meus posicionamentos, principalmente em algumas coisas, mas esse é o nosso papel de Parlamentar. Hoje trago novamente algumas coisas que me causam extrema preocupação. Hoje quero falar da Terracap.

É sabido que existem princípios que norteiam a administração pública ou que deveriam norteá-la. São princípios consagrados que não se deve ignorar, não quando se pretende agir com responsabilidade e compromisso público: isonomia, impessoalidade, publicidade, transparência, apenas para exemplificar.

Nos últimos tempos, Sra. Presidente, tenho acompanhado com lupa e especial interesse a gestão da Terracap, empresa sempre importante no desenvolvimento de nossa cidade. É dali que sai, ou deveria sair, grande parte dos recursos a serem aplicados em obras importantes em todo o Distrito Federal. No entanto – e quero chamar a atenção –, observo que esta empresa vem sangrando e perdendo importância nos últimos tempos. Tudo isso graças à gestão desastrosa de dirigentes que por ali passaram. O que me parece hoje é que todo tipo de descabro ali torna-se possível. Isso é o mais inadmissível. Quero aqui enumerar algumas dessas aberrações. A aberração número um é uma multa de 40 milhões de reais mais 9 milhões de reais de correção monetária pelo não pagamento deliberado de imposto de pessoa jurídica referente ao exercício de 2014. Por decisão colegiada, motivada pelo seu presidente Alexandre Navarro, a empresa decidiu judicializar e questionar a cobrança desse imposto. Ao que tudo indica, Sra. Presidente, é certa a derrota nesta demanda, tanto é que o Governador tentou incluir um artigo na medida provisória do ajuste fiscal isentando a Terracap do pagamento deste imposto, tendo o mesmo sido vetado pela Presidente da República. O que isso significa? Significa que essa brincadeira irá acarretar em quase 50 milhões de prejuízo para a empresa pública. Em meio a uma crise, é uma decisão irresponsável,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015		16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	10	

inconsequente e milionária. Quem vai pagar esse prejuízo? A sociedade, Presidente? Eu, V.Exa. ou os contribuintes que aqui estão?

A aberração número dois é o sigilo nos distratos. Eu queria chamar a atenção dos meus pares para a gravidade disso. Centenas de pedidos de distrato, desfazimento de negócio, devolução de terrenos estão engavetados na diretoria comercial da empresa. São solenemente ignorados e sequer são respondidos pela Terracap, que descumpra cláusula editalícia que prevê a possibilidade do desfazimento do negócio por inadimplência, com a consequente aplicação de arras como penalidade. Ocorre, Presidente, que, estranhamente, a diretoria da Terracap decidiu criar um instituto inusitado. Para isso eu queria chamar a atenção do Deputado Joe Valle. Hoje existe um princípio criado pela Terracap diferente e suspeito: o distrato com cláusula da confidencialidade, Deputado Raimundo Ribeiro. Confidencialidade, esse é o instrumento criado pela Terracap. Alguém sabe o que é isso? Funciona mais ou menos assim: eu sou o diretor, você é o meu protegido, inúmeros outros não são, eu aceito o desfazimento como você propôs, devolvo o seu dinheiro, você devolve o terreno, assinamos um documento confidencial para que ninguém saiba do nosso acordo secreto e continuamos enrolando todos os outros que têm o mesmo direito que você. Simples assim. Isonomia nenhuma. Transparência zero, Deputado. Impessoalidade nula. Publicidade, menos ainda. Governador Rollemberg, pelo respeito que eu tenho por V.Exa., o seu governo deveria ser transparente. Sigilo em negócio público é brincadeira. Já disse aqui: podemos negligenciar com o nosso dinheiro, mas com o dinheiro público, não, porque ele é público. Não temos esse direito, Deputado Rodrigo Delmasso.

A aberração número três são os prestamistas inadimplentes. Por decisão da diretoria, não são mais negativados, o que representa cerca de 650 milhões em inadimplência. Chegou a 55%. O que a empresa faz? Nada! Simplesmente finge que está tudo bem.

A aberração número quatro é que os diretores atuais pretendem contratar um seguro pessoal que se responsabilize pelo pagamento de advogados, multas e ressarcimentos decorrentes de eventuais processos judiciais que venham a responder por atos cometidos na empresa. Isso pago com recurso da Terracap. Pode isso? Nessa gestão pode tudo. Isso é o mais grave!

A aberração número cinco é que – a gente poderia falar de cinquenta, mas hoje eu vou falar só de cinco – um conselheiro fiscal, e era importante que os nossos pares ouvissem isso, recebe jeton por reunião mensal. Sequer mora em Brasília e, quando vem à cidade participar das reuniões, tem suas passagens pagas pela Terracap. Isso é quase um crime!

Penso, Sra. Presidente, como membro da Comissão de Assuntos Fundiários que sou, que esta Casa deve tomar medidas imediatas para pôr fim a esses desmandos numa empresa tão responsável, ou que pelo menos deveria ser.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30	06	2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Vou ingressar com representação no Tribunal de Contas do DF e no Ministério Público do Distrito Federal, denunciando e requerendo que sejam apuradas eventuais ilegalidades nesses casos aqui mencionados. Vou propor também a convocação do presidente da empresa, Sr. Alexandre Navarro, para que venha explicar-se nesta Casa. Existem muitas outras situações a serem esclarecidas: contrato do Pontão com a empresa Emsa – isso é muito grave, Sérgio, você que representa aqui o governo. O que acontece no Pontão tem que ser esclarecido. Os empresários estão denunciando o que hoje a empresa Emsa faz junto com a Terracap. Temos também problema no Pelezão, em que eu vou provar que tem alguma coisa errada com a Onalts. Jardim Botânico III, projeção no Sudoeste, Makro... A pauta é extensa, Sra. Presidente, muito extensa. Poderíamos ficar aqui a tarde toda, denúncia não nos falta. A gente espera que haja por parte do governo uma resposta plausível. Nós vamos ingressar junto a todos os órgãos competentes e exigir do governo uma resposta, Deputado Dr. Michel, porque é caso de polícia! Ou fazemos isso ou ficamos desmoralizados. O papel principal do Legislativo é fiscalizar o Executivo, e não fechar os olhos para seus malfeitos. E assim o faremos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Convido a Deputada Sandra Faraj a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sra. Presidente; boa tarde a todos. Ressalto a importância de trabalharmos e fecharmos a nossa pauta hoje, no intuito de darmos refrescamento à nossa cidade. Todos os projetos de Deputados, estarei aqui para votá-los. É importante votar, mas é importante também que tenhamos condições de votar todos os projetos que são do anseio da comunidade que está aqui presente.

Quero comunicar, Sra. Presidente, que todo o trabalho que a Câmara Legislativa tem, todo o processo de fiscalização que for necessário, os Deputados podem encaminhá-los à Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle. Estamos caminhando nessa direção, fazendo todos os ofícios, oficiando

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015		16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	12	

todos os órgãos do Governo do Distrito Federal, e temos obtido resposta em praticamente 100% das demandas que temos feito junto ao governo.

Eu estive no sábado em um local de Brasília – eu gostaria de convidar todos os Deputados a fazerem essa visita, para verem o que ainda temos em nossa Capital – chamado Santa Luzia, que fica na Estrutural. É uma favela com 10 mil pessoas morando. Não tem água, não tem luz, não tem esgoto, não tem escola, não tem nenhum equipamento público. Todo o processo de ocupação é irregular. A realidade é cruel, porque as pessoas moram lá no dia a dia. Os órgãos do governo falam que aquilo é irregular e nada podem fazer, mas as pessoas estão lá. Não tiram as pessoas de lá nem as colocam em outro lugar. As pessoas estão lá sofrendo.

Sra. Presidente, no sábado pela manhã, em uma ação grande, com muitas pessoas, eu realmente decidi que o Estado faliu, não existe mais Estado. As pessoas precisam tomar alguma providência. Vamos fazer um trabalho naquele local, e quero convidar todos os Deputados a participarem conosco dessa empreitada de transformar o nosso espaço lá em uma vila ecológica. Vocês sabem que eu trabalho com isso, trato disso. Convido a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo; a Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle; a Comissão de Educação, Saúde e Cultura; a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, para fazer um trabalho da Câmara Legislativa naquela comunidade. Convido a Deputada Liliane Roriz, a Deputada Sandra Faraj, pela sua sensibilidade, para irem lá e fazermos conjuntamente um trabalho por aquela comunidade. Não interessa se lá é ilegal ou não. O povo está sofrendo e precisa da gente hoje, não é daqui a um ou dois anos.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Eu proporia, Deputado Joe Valle – perdoe-me –, fazer isso no recesso legislativo. A gente poderia marcar.

DEPUTADO JOE VALLE – Perfeitamente, Sra. Presidente. Eu quero convidar V.Exa. para um almoço em uma creche, sem ser neste sábado, mas no outro, para participar conosco. Eu vou comunicar aos gabinetes. Eu gostaria de colocar esse trabalho nesse formato.

O segundo assunto é que, no domingo, vários Deputados compareceram a uma passeata, a um protesto para instituir rapidamente o Parque Burle Marx. A população toda compareceu. É um local extremamente importante para a comunidade. O Setor Noroeste, que era para ser o bairro ecológico, é exatamente o contrário. O lago está assoreado, há um problema sério ambiental acontecendo, realmente quase um descaso. A comunidade reunida entrou em contato com o governo. Quero fazer um elogio – vocês sabem que estou sempre aqui para criticar também – à postura da Terracap, que realmente tem feito o trabalho. Nesses seis meses, a coisa andou muito. Já vinha sendo feito – o Deputado Wasny de Roure participa do processo – um trabalho, mas foi intensificado. A iluminação continuou,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015		16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	13	

todo o processo, e agora nós queremos que o parque seja realmente efetivado. Na quarta-feira haverá uma reunião da comunidade junto à Terracap. A gente tem certeza de que o processo vai acontecer por mobilização da comunidade. É assim que tem de ser.

Parabenizo a galeria, todos vocês que estão na Casa. Só pela mobilização social fazemos as coisas acontecerem.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, mais uma vez, à galeria, às Sras. e aos Srs. Deputados. Eu quero falar hoje de uma visita que fizemos à penitenciária feminina, pela manhã, fruto de uma denúncia da associação de agentes penitenciários. Estivemos lá eu, que sou Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, e o Vice-Presidente, Deputado Wellington Luiz. Para nossa surpresa, fruto da denúncia que a associação fez, as servidoras que socorreram uma presa, que deu à luz no meio do corredor, em cima de um saco de lixo na penitenciária, estão respondendo a um processo, porque na hora em que elas estavam socorrendo, fazendo o parto, que não é nem função de um agente penitenciário, uma delas acabou filmando. Mas não filmou para fazer sensacionalismo, não filmou para expor a presa nem o neném. Filmou para mostrar a situação decadente em que se encontra aquele presídio, a falta de condição que os trabalhadores vêm enfrentando e, evidentemente, a falta de estrutura e a forma como aquelas presas vêm sendo tratadas naquele presídio superlotado. Eu vi uma cela para 15 pessoas com 37 presas, um processo completamente desumano. Evidentemente elas têm que pagar as penas, por lei cometeram crimes, mas não os filhos. Muitas mães estão amamentando, dormem no chão, no frio. O Estado fica abrindo processo para investigar quem filmou, em vez de estar preocupado em resolver os problemas que tanto os agentes penitenciários vêm enfrentando, como a própria população carcerária. Eu estive há uns dois meses na Papuda e a situação é a mesma. É o Estado...

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado, eu só quero fazer uma fala na de V.Exa. Aquelas agentes que fizeram o parto das presas estão sendo perseguidas. Em nenhum momento elas filmaram as instalações, só a criança. Está havendo um problema muito grande, e eu acho que temos de nos envolver com isso. Afinal de contas, se elas não tivessem feito o parto dessa criança, talvez a mãe tivesse morrido e a criança teria ido a óbito também. Então, eu queria acrescentar isso e deixar a minha indignação, porque eu ofereci a elas uma moção de reconhecimento do mérito por elas terem feito o parto daquela criança.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30	06	2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				14	

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Eu queria me solidarizar com a fala do Deputado Ricardo Vale, porque é de extrema importância que nós revejamos o sistema prisional. Realmente, eles têm que pagar a pena? Têm. Mas o sistema prisional que nós temos hoje em Brasília não recupera absolutamente ninguém e é desumano. Se as pessoas estão presas para que revejam a sua postura, para que haja uma punição pelo crime cometido, elas também precisam da oportunidade de serem ressocializadas no futuro, e hoje o sistema que Brasília oferece é totalmente absurdo. Por tudo isso, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar ter pegado o caso desse parto e ter feito essas colocações é de extrema importância. Eu realmente gostaria de poder contribuir nisso, fazer uma comissão especial para cuidar, para propor algo nessa área porque é urgente fazer algo em todos os sistemas penitenciários e não apenas no feminino. Hoje, para se ter um cobertor, tem que comprar; para se ter uma roupa, tem que pagar por ela. É uma corrupção instalada dentro do sistema prisional e isso tem que ser visto.

Eu gostaria de me solidarizar com o Deputado Ricardo Vale e me colocar à disposição também para fazer alguma moção junto ou alguma coisa nesse sentido.

DEPUTADO RICARDO VALE – Obrigado, Deputada Sandra Faraj.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra para uma questão de ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, nos Comunicados de Parlamentares não pode haver apartes. Somente após a fala do Deputado que estiver com a palavra, os Deputados podem se manifestar.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Humildemente, então, eu...

DEPUTADO RICARDO VALE – Está bom. De qualquer forma, eu agradeço. Depois o Deputado Raimundo Ribeiro poderá se manifestar.

Quero dizer que fiquei extremamente impressionado com a situação em que se encontra a Colmeia, o Presídio Feminino do Distrito Federal. É uma situação desumana. As mulheres tomam o banho de sol no meio do lixo. Reclamaram muito dos alimentos que elas têm comido, porque tem dado dor de barriga, problemas intestinais o tempo inteiro. E nós, desta Casa, evidentemente, não podemos ficar omissos. Aquelas mulheres e aqueles homens que nós também vimos na Papuda já estão sendo penalizados, já estão cumprindo pena, e é extremamente triste a

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015		16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	15	

situação deles. O Estado tem que dar as mínimas condições para eles sobreviverem ali e serem ressocializados. Da forma como está ali não tem a mínima condição de essas pessoas voltarem a conviver entre nós. E o que é pior, muitos têm vindo aqui e ao Congresso Nacional defender a redução da maioria penal. Já não tem mais presídio para tanta gente e ainda querem colocar os jovens e as crianças lá. Portanto, fica aqui a minha indignação.

Além disso, peço aos demais Deputados que façamos alguma coisa. Deputado Wellington Luiz, nós vamos fazer um relatório da comissão, do que nós vimos, e vamos pressionar o Governo do Distrito Federal para que faça alguma coisa. Tanto os profissionais, os trabalhadores e agentes, como aquela população carcerária estão sofrendo e estão largados. Precisamos fazer alguma coisa.

Fica aqui o meu pronunciamento e convido a todos para ajudarmos a mudar essa realidade.

Por fim, eu queria também, mais uma vez, pedir a nossa Presidente que déssemos continuidade àquela comissão que nós propusemos aqui para acompanhar a saúde do Distrito Federal, Deputado Dr. Michel. A saúde do Distrito Federal está um caos. Nós convocamos, convidamos aqui o Secretário de Saúde. Ele veio aqui, disse que não podia fazer muita coisa e realmente não está fazendo nada. Agora, mais uma paciente morreu em Sobradinho vítima daquela superbactéria, a KPC. E eu pergunto: quantos mais terão que morrer para o Secretário de Saúde fazer alguma coisa? Quantos mais vão ter que morrer para o Governo do Distrito Federal fazer alguma coisa em relação a nossa saúde?

Então, eu quero pedir a esta Casa, pedir à Presidente que, assim que retornarmos do recesso, criemos a comissão especial, com prazo de 180 dias, para que possamos acompanhar os fatos e cobrar do governo, do Estado, soluções para o problema da nossa saúde. A população do Distrito Federal não aguenta mais tanto sofrimento nos hospitais! (Palmas.)

Quero dizer, mais uma vez, que apoio toda iniciativa em defesa dos trabalhadores e, como filho de taxista, vou lutar muito para que esse projeto seja aprovado o mais rápido possível. (Palmas.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Quero parabenizar a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. Acho que nós temos mesmo que fazer isso, mas quero deixar muito claro que essa situação não é recente. Quando fui Secretário de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, já tínhamos uma superlotação nos presídios. Na época, se não me engano, tínhamos 10 mil sentenciados para 6.592 vagas. Hoje temos 14.500. Evidentemente, até dentro de um espírito de solidariedade, os agentes fizeram isso.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30	06	2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Inclusive, estou em contato com o Subsecretário do Sistema Penitenciário para saber dessa história de punir quem fez o bem, quem cumpriu a obrigação. Realmente é uma história meio difícil. Quero me colocar à disposição. Apesar de não fazer parte da Comissão de Direitos Humanos, se S.Exa. entender que nós podemos ajudar de alguma forma, vou adicionar um dado novo. Como se não bastassem todos os problemas que o sistema penitenciário do Distrito Federal já enfrenta, ainda existe, dentro do governo, uma discussão sobre o sistema penitenciário, se ele, em razão de uma má interpretação da lei, deve ficar na Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social ou na Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania. É incrível! Isso resultou, Deputado Ricardo Vale, num ofício. Os servidores da Polícia Civil que estão no sistema penitenciário estão recebendo esse ofício que diz que, se não voltarem – como se isso dependesse deles –, ficarão sem pagamento no mês de julho. Quer dizer, é hora de o governo encarar o sistema penitenciário com a seriedade que o caso requer! É necessário que os burocratas parem de discutir bobagens e realmente atinjam o seu objetivo.

Fica aqui o meu registro para parabenizar a Comissão de Direitos Humanos.

DEPUTADO RICARDO VALE – Eu agradeço ao Deputado, agradeço à Deputada Liliane Roriz, à Deputada Sandra Faraj e ao Deputado Dr. Michel pela paciência.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero cumprimentar toda a galeria. Hoje é um dia importante para eles, e nós precisamos realmente fazer valer a presença deles aqui. Esse pessoal está aqui para acompanhar a votação da proposição que é de interesse deles.

Venho ainda lhe dizer, Presidente, que me solidarizo muito com o Deputado Ricardo Vale. Realmente, é uma aberração nós quisermos punir aqueles que fizeram o bem, como diz o nosso mestre, grande jurista, o Deputado Raimundo Ribeiro. Eu fico estarelecido só de ouvir falar em abrir uma sindicância. Quero parabenizá-la, Presidente, por ter apresentado uma moção de louvor àquelas policiais. Quero dizer mais ainda. Nós temos que botar na cabeça que lugar de bandido é no presídio mesmo. Se presídio fosse bom, não seria para bandido, seria para nós. Todos eles sabem que os presídios estão com superlotação. Por que estão cometendo crimes? (Palmas.) Se presídio fosse bom, não seria para vagabundo. Seria para quem? Seria para pessoas do bem. Todo mundo sabe, eu sempre falo nessa tribuna: se não dá conta de cumprir a pena, não comete o crime! Cometeu o crime, tem que ir para lugar ruim! Eu acho um absurdo os agentes de atividade penitenciária serem punidos por terem filmado uma ação boa, que realmente tem que ser colocada na imprensa. Os policiais militares que fizeram um parto e o gravaram foram ao Encontro com a Fátima Bernardes! Estão querendo ser mais realistas do que o rei, e aí quem quer

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	17		

passar de pato a ganso morre afogado. Então, o pessoal que está querendo punir essas policiais, essas agentes de atividades penitenciárias, que bote a mão na cabeça. Em vez de abrir sindicância, mande eles irem à Fátima Bernardes, porque fizeram aquilo que o Estado tinha que fazer, que era manter a saúde dentro dos presídios. Não fez e agora quer punir.

Eu quero ainda pedir a V.Exa. que inclua a resolução da Mesa na pauta de hoje, para que possa ser votada. Estão presentes aqui os ACS e os AVAS, que são lutadores, que são pessoas que fazem a diferença na saúde. Quando se fala em saúde no Distrito Federal, fala-se em doença, só se fala em pronto-socorro. E esses abnegados ACS e AVAS vivem trabalhando na prevenção.

Então, eu peço a V.Exa. que coloque em pauta, mesmo que não tenha passado pelas comissões, mas por questão de justiça com essas categorias, que vivem sendo assoladas pelo Estado, o PL nº 506/2013, para que eles possam sair daqui satisfeitos e possam mostrar para a sociedade que, mesmo ganhando o que eles ganham, que é uma ninharia, eles estão prontos para trabalhar. Cabe a nós, nesta Casa, fazermos o nosso papel, que é colocar o PL em votação hoje.

Solicito, ainda, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Resolução nº 14, de 2015, de autoria da Mesa Diretora.

Era isso que eu tinha a falar. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e inclui a matéria como extrapauta.

Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, eu gostaria de justificar a ausência do Deputado Chico Leite, que está impossibilitado de comparecer a esta sessão por problema de saúde.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sra. Presidente; obrigada, Deputado Wellington Luiz, que está aguardando para fazer uso da palavra.

Eu quero me solidarizar com o discurso do Deputado Ricardo Vale sobre a situação do presídio feminino. Quero dizer também que é muito importante essa atenção com as crianças. Deputado, eu apresentei um projeto, que está aprovado, que cria creches para filhos de apenadas. É muito importante que, quando essas crianças nascerem dentro dos presídios, elas tenham acolhimento. Por quê? A mãe já paga o preço por não ter conseguido, dentro da sociedade, trilhar o caminho do bem. As crianças não podem pagar o mesmo preço ao serem discriminadas ao nascerem.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30	06	2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Quero aproveitar o uso da palavra para prestar a minha solidariedade e dizer que estou junto com todas as categorias que hoje ocupam a galeria. Não vou fazer uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares para que nós possamos votar o mais brevemente possível os projetos que estão em pauta hoje.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, atendendo à solicitação, eu queria prestar alguns esclarecimentos.

Existe o Projeto de Lei nº 506, de 2015, que é de autoria da Deputada Celina Leão. Houve uma reunião de Líderes, e se fez uma discussão sobre os Deputados priorizarem, cada um, dois projetos. A Deputada Celina Leão, justificadamente, não estava presente. O que eu quero deixar claro na instrução regimental desse projeto é que ele precisa de parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, nos termos do art. 64. O que eu quero dizer a V.Exa. e à Deputada Celina Leão é que, se S.Exa. colocar o PL nº 506 como prioridade, na condição de Presidente, eu tenho condições de relatá-lo, por já ter conhecimento desse projeto. Se for uma das prioridades... Aí vai depender exatamente da prioridade que V.Exa., como Presidente, Deputada Liliane Roriz, e a Deputada Celina Leão derem ao PL nº 506. Se houver necessidade do parecer pela CEOF, eu estou pronto para fazê-lo.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Agaciel Maia, eu vou esperar a assessoria da Deputada Celina Leão, mas eu não vejo problema algum em colocá-lo na pauta.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Srs. Deputados, servidores, taxistas, farmacêuticos e concursados aqui presentes que estão na expectativa de serem nomeados, esta tarde é extremamente importante.

Quero começar a minha fala corroborando com o pleito do Deputado Agaciel Maia. Como membro da mesma comissão, coloco-me à disposição, no caso, do Sr. Presidente da comissão, se assim entender por bem o relator da proposição da nobre colega Deputada Celina Leão, bem como na questão do Avas, que é um projeto do Deputado Dr. Michel.

Quero trazer ao conhecimento dos colegas Deputados da nova legislatura, Sr. Líder do Governo, Deputado Julio Cesar, que a Empresa de Correios e Telégrafos do Brasil, a ECT, pretende desenvolver, por meio de um projeto que foi aprovado nesta Casa, um empreendimento numa área de 73 mil m², um projeto de construção de 39 mil m² para ser o receptor de cartas e produtos enviados pelos Correios para serem distribuídos pela região Centro-Oeste, como também o receptor das

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015		16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	19	

correspondências e produtos enviados pelos Correios aqui no País. Essa unidade operacional vai aumentar consideravelmente o número de trabalhadores como também a dinâmica econômica da cidade. Quero, portanto, pedir à Sra. Presidente, Deputada Celina Leão, que vem desenvolvendo um projeto de incentivo ao fortalecimento das atividades produtivas, que façamos uma visita e, conseqüentemente, conheçamos o projeto executivo desta unidade. Quero cumprimentar a direção nacional dos Correios, como também a direção regional, pois houve uma melhora sensível na evolução da receita da ECT na regional do Distrito Federal, quando saiu de 350 milhões em 2011 e chegou em 2014 com uma receita de 2 bilhões e 130 milhões de reais. Hoje, do 24º lugar, está no 2º lugar das unidades operacionais dos Correios em desempenho.

Sra. Presidente, não quero prolongar a minha fala. Quero apresentar uma moção em outra ocasião, depois de maior acompanhamento dos colegas Deputados, para que nós possamos acompanhar de perto aquilo que foi um projeto aprovado por esta Casa, para que a sociedade entenda o impacto que projetos que são aprovados trazem no dia a dia da nossa população. Portanto, são projetos dessa envergadura que são relevantes para a cidade.

Sra. Presidente, quero expressar minha enorme preocupação com uma postura relativa à SAB, essa empresa que prestou um papel importantíssimo no início de Brasília, Deputado Bispo Renato Andrade. Hoje, em face da sua liquidação, o governo retirou abruptamente o atual gestor, que estava fazendo um processo de transição, e naturalmente deixou bastante apreensivos os servidores da SAB, que estão na perspectiva da celeridade da demissão deles.

Quero fazer um apelo ao Governador Rodrigo Rollemberg, para que ele pense exatamente em uma forma... Como, ao longo desses últimos anos, nós trabalhamos nesta Casa pela distribuição dos servidores da SAB para outras unidades, colocando-os em uma carreira de extinção, mas não levando à liquidação e à conseqüente demissão do corpo funcional daquela instituição, que teve uma contribuição histórica para o Distrito Federal.

Quero encerrar aqui, Deputada Liliane Roriz, sem me prolongar – sei que a tarde hoje é bastante tensa –, dizendo que recebi, na semana passada, a visita do Secretário Adjunto da Fazenda. Há pouco tempo, eu trouxe ao conhecimento da Casa um trabalho desenvolvido por nossa assessoria cujas conclusões mostravam que o Distrito Federal tem tido perdas consideráveis no Fundo Constitucional do Distrito Federal. Ao longo de 2012, essa perda avizinhou-se ao montante de 2 bilhões de reais. Há pouco eu até falava com um dos representantes do Sinpol, com quem tivemos a oportunidade de fazer esse debate, e o Sr. Secretário, tanto por um ofício enviado a nós, como pela visita do Secretário Adjunto, reconheceu, juntamente com sua equipe, a procedência desse estudo feito pela assessoria desta Casa. Conseqüentemente, esse reconhecimento levou o Governo do Distrito Federal a interpelar o Ministério da Fazenda no sentido de atualizar o método de cálculo do

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015		16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA		20

Fundo Constitucional, que é o principal dos motivos desse estudo que perfaz, só na questão de método do cálculo, uma perda de mais ou menos 1 bilhão e 200 milhões, um pouquinho menos que isso aí.

Portanto, Sra. Presidente, quero prestar contas a esta Casa e à sociedade de Brasília. Os Deputados não trabalham apenas aprovando projetos de lei, mas sensibilizando, por meio da fiscalização e de posturas de encaminhamento e reformulação da gestão da coisa pública no Distrito Federal.

São essas as considerações.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu dispenso o uso da palavra. Só quero cumprimentar os taxistas, o pessoal da galeria. Eu sou totalmente contra esse aplicativo. Sou a favor do trabalho de vocês. Cumprimento também o pessoal daquele lado, os orientadores educacionais. Podem contar com o meu apoio.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sra. Presidente. Cumprimento os demais Deputados presentes e agradeço a Deus a oportunidade de estar aqui, com os colegas, completando hoje seis meses do meu primeiro mandato. Cumprimento também toda a galeria. Já os cumprimentei hoje, pela manhã.

Alguns projetos passaram pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Mando nosso abraço aos taxistas. Digo que estamos juntos nessa batalha, com vocês e com os demais também.

Sra. Presidente, Deputado Chico Vigilante, Deputado Ricardo Vale e Deputado Joe Valle, na semana passada, mais precisamente na quinta-feira, foi aprovado um importante projeto de lei na Comissão de Fiscalização, Governança,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015		16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	21	

Transparência e Controle desta Casa, o Projeto de Lei nº 1.654, de 2013, de autoria do ilustre e competente Deputado Chico Leite, que, infelizmente, não está presente aqui porque está de licença médica. Eu gostaria que S.Exa. estivesse escutando o que vou falar aqui, hoje. Esse projeto trata da proibição de contratação de empresas, pelo GDF, que tenham Parlamentares ou parentes destes até o 3º grau no seu quadro societário. Eu gostaria, no momento, de me manifestar contribuindo, ampliando e aperfeiçoando ainda mais esse projeto com a apresentação de uma emenda aditiva que leio agora:

“Ao Projeto de Lei nº 1.654, de 2013, que ‘proíbe a contratação, pelos Poderes do Distrito Federal, de empresas cujos proprietários ou dirigentes sejam Parlamentares ou parentes destes’.

Modifica-se a redação do art. 1º do presente projeto de lei com a seguinte redação: ‘Art. 1º – Fica proibida a contratação, pela administração direta e indireta dos Poderes do Distrito Federal, de empresas prestadoras de serviços ou fornecedoras de bens cujos proprietários ou dirigentes sejam detentores de mandatos eletivos’.

Mas, também, a nossa preocupação é a de colocar nesse projeto de lei, para complementar, vice-governador, secretários e subsecretários de Estado, administradores regionais, presidentes e diretores de empresas públicas autárquicas e fundacionais e diretores de sociedades de economia mista do Governo do Distrito Federal ou parentes consanguíneos ou por afinidade destes até o 3º grau, inclusive. Então, nós nos preocupamos aqui em não só colocar Parlamentares, mas também colocar membros do Poder Executivo, que poderiam estar liberados, de acordo com a legislação, para assinar o próprio contrato com a própria empresa.

“Dê-se ao art. 2º do presente projeto de lei a seguinte redação:

Art. 2º – Os fornecedores de bens e serviços que detenham contratos em vigor com os Poderes do Distrito Federal que se enquadrem nos termos do art. 1º da presente lei e que vierem a proceder alteração do quadro societário de suas empresas a partir da aprovação desta lei, com o objetivo de se excluírem dos referidos fatos impeditivos, ficarão impedidos de participarem de novas licitações do Distrito Federal pelo período mínimo de sessenta meses, contados da data das alterações indevidas”. Propomos também, no art. 3º do presente projeto de lei, a seguinte redação:

“Art. 3º – Os editais de licitação lançados pelos órgãos dos poderes do Distrito Federal deverão constar a exigência da declaração de inexistência de fato impeditivo de ordem legal, para a participação nos certames, a partir da aprovação da presente lei.”

Dessa forma, senhoras e senhores, vou protocolar neste momento, assinar e encaminhar, pela Assessoria de Plenário, à comissão em que o projeto se encontra, essas emendas.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015		16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	22	

Eu gostaria ainda, Sra. Presidente, de sugerir ao nobre Deputado Chico Leite e aos demais Parlamentares do Partido dos Trabalhadores, à assessoria do Deputado Chico Leite, que requeiram a sua tramitação em caráter de urgência. Tão logo esse projeto chegue ao plenário, estarei pronto para votar favoravelmente.

Era esse o comunicado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sra. Presidente; boa tarde, meus pares, toda a galeria. Não poderíamos deixar de dar uma palavra de solidariedade a essa galeria, que está lotada hoje, atrás de seus pleitos. Este é o local, realmente.

Sra. Presidente, eu venho, nesta tarde, falar a respeito de algumas situações que estão acontecendo, inclusive na Polícia Civil. Nós não podemos deixar nossa Polícia Civil morrer à míngua, como está morrendo no Distrito Federal. É o único lugar da unidade federativa que, mesmo sem estar em greve, está parado por inoperância do Estado. Não há mais policiais civis nas delegacias. Não há mais como operar. Chegou ao limite. A gente só fala de bandido, que tem dó de bandido em presídio. E do servidor? Nós temos que ter dó dos servidores da Polícia Civil.

Então, eu queria pedir aos meus Pares que aqui estão hoje que prestem atenção a uma emenda de plenário que vou fazer aqui à LDO para contratação de policiais no ano que vem, porque, Deputado Chico Vigilante, pame V.Exa., a LDO vem dizendo: 43 agentes, um perito, nenhum delegado e três escrivães. Isso aí não dá nem para começar.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO DR. MICHEL – Os orientadores estão dentro também. Podem ter certeza de que eu já fiz a emenda. Podem ter certeza disso! Esta vai ser emenda de plenário. A de vocês já está dentro da LDO.

Então, eu queria pedir aos meus Pares e ao nosso Presidente da CEOF que nos ajudem nas emendas de plenário, porque, se assim não for, não há como a Polícia Civil continuar. Ela não vai mais parar não, ela vai deixar de existir. Hoje ela está parada. E não é porque os policiais querem ficar parados, não! É porque não existe gente para fazê-la andar. A polícia hoje está sofrendo de um mal muito grave. A gente está falando todos os dias: a criminalidade vem aumentando, e, se não houver policiais, não vamos resolver o problema.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 30 06 2015	Horário Início 16h15	Sessão/Reunião 59ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 23

Então, a minha fala é para pedir aos companheiros que me ajudem nessa emenda de plenário para que nós possamos, pelo menos, mostrar – Deputado Wellington Luiz, é sobre a nossa emenda de plenário – para a comunidade que esta Casa está fazendo o papel dela: está colocando na lei de orçamento a contratação de policiais, porque, se não contratar, a polícia não vai parar, não, Deputado Wellington Luiz, ela vai acabar, ela vai se extinguir.

Era isto, Sra. Presidenta, que eu vim aqui pedir: que meus Pares ajudem a mim e ao Deputado Wellington Luiz, até porque nós somos cobrados – o Deputado Wellington Luiz sabe disso – pelos nossos pares sobre a situação em que a categoria de policiais civis se encontra hoje. Não há delegado, agente, escrivão, papiloscopista, agente de custódia. Não há nada! Uma delegacia, Deputado Wellington Luiz, num plantão com três policiais é inadmissível.

Então, eu queria conclamar os meus pares para que me ajudem nessa emenda de plenário, que é uma emenda do bloco do PMDB, PP e PTB, para que possamos colocar aí, pelo menos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a contratação de mais policiais civis.

Obrigado, Sra. Presidente.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, saúdo a galeria. Eu gostaria de fazer um adendo, porque eu estava no gabinete, à fala do Deputado Rafael Prudente, ao qual parabênizo em relação a esta questão. Infelizmente, alguns colegas fazem projetos de maneira casuísta dentro desta Casa. Também aprovo a questão do projeto desde que haja algumas modificações. Além do que o Deputado Rafael Prudente citou em relação a se estender isso ao Poder Executivo, nós temos que colocar algumas questões em relação a isenções fiscais, crédito de bancos oficiais a qualquer atividade, seja agricultura, área de serviços, área da indústria, vinculada direta ou indiretamente a qualquer Parlamentar desta Casa e a qualquer autoridade do Poder Executivo.

Agora, coloco aqui, pelo pouco que estudei de Direito em faculdade, que é um projeto altamente inconstitucional, porque nós Parlamentares não podemos estar aqui e prejudicar familiares até 3º grau. Há aqui gente com familiares que têm empresa há quarenta anos, e é algo totalmente inconstitucional e casuístico. Já houve duas oportunidades de se fazer isso aqui nesta Casa em legislaturas passadas, quando eu nem pensava em ingressar no Poder Legislativo, e a própria Unidade de Constituição e Justiça aqui desta Casa – não a Parlamentar – declarou, de forma opinativa, a inconstitucionalidade desta lei, colocando que poderia se aplicar a convênios e não a contratações por meio de licitações públicas, que já têm um rito

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30	06	2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

previsto na Lei nº 8.666, de 1993, uma lei muito rígida. Esse é meu posicionamento. Contudo, se esta Casa quiser aprovar, que assim seja, mas que se respeite a Constituição Federal.

Agora, admira-me muito o Deputado Chico Leite, professor, que eu admiro, não ter acatado uma emenda de seis Parlamentares. Também acho muito estranho uma comissão, num dia em que faltam dois integrantes, aprovar isso por dois a um de maneira meritória. Mas a CCJ vai analisar, sim, a constitucionalidade, pois é um projeto que contém vícios. E a emenda que estava protocolada é exatamente o que está escrito na Constituição Federal. Ela não atrapalharia o projeto. É o que está escrito. Em contratos com cláusulas rígidas, esse tipo de atitude não pode ser colocado para gerar algo aqui casuístico. O Parlamentar, às vezes, pode estar sem notícia, a votação a cada legislatura vem diminuindo muito, coloca isso no Facebook, às vezes, por não ter o que falar. Diz que está defendendo a moralidade, mas, na realidade, está defendendo o casuismo, gente que não faz absolutamente nada.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de ocupar a tribuna desta Casa hoje para fazer alguns agradecimentos. Hoje pela manhã, nós votamos na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Nós sabemos que é uma matéria complexa porque é um regulamento do Orçamento de 2016, que vai ser aprovado ainda até o dia 31 de dezembro deste ano para poder valer a partir do próximo ano. Eu quero explicar aos colegas isto: estou distribuindo em CD o parecer em que nós colocamos um rito. Todos os Deputados indicaram seus assessores na sexta-feira passada. Ficaram de 9h às 17h junto com o pessoal da Fazenda e da Secretaria de Planejamento para terem hoje condições de relatar a LDO sem qualquer problema.

Eu quero dizer para o pessoal que está aqui na galeria, primeiramente aos farmacêuticos, Deputado Chico Vigilante, que nós acatamos, dada a relevância que esse pessoal tem, a emenda que vai ser votada e que, com certeza, os Deputados vão homologar aqui em plenário, e ela vai virar lei, que ampliará o quadro dos 30, apenas 30, para 337, que é a demanda necessária.

Quero também ressaltar que todas as demandas da Defensoria Pública, inclusive, com a presença do Ricardo e a participação – a César o que é de César – do Deputado Chico Leite, foram feitas e atendidas. Elas foram contempladas na LDO.

Quero aproveitar aqui a presença de alguns colegas meus que são taxistas. Como, na legislação trabalhista, você tem um salário, o taxista tem a remuneração dele. Você se planeja, você faz despesas, e, de uma hora para a outra, não pode aparecer um aplicativo que simplesmente subtraia as demandas e aquele

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30	06	2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

planejamento que você tinha para receber todo mês. Então, eu também sou contra a subtração desse trabalho, dessa importante função que têm os taxistas que são regulamentados no Distrito Federal, através de aplicativo que não tem nenhum reconhecimento, que não é fiscalizado. Na condição de Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, de Líder do bloco Força do Trabalho, de Líder da Maioria nesta Casa, eu quero dizer aos taxistas que podem contar comigo.

Quero fazer um agradecimento, para concluir, ao Deputado Wasny de Roure, membro da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, ao Deputado Rafael Prudente, ao Deputado Prof. Israel e ao Deputado Julio Cesar, que muito contribuíram para que o projeto da LDO fosse votado hoje pela manhã na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Quero fazer esse agradecimento a tais Deputados. Sem a contribuição deles, este Relator não tinha chegado a lugar nenhum.

Quero agradecer também ao pessoal da Fazenda, à assessoria de articulação do governo e à Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento, junto com os técnicos concursados da Câmara Legislativa, que também contribuíram para que um parecer de setenta laudas fosse apresentado e aprovado, e a maioria, quase a totalidade, saiu satisfeita com o relatório.

Portanto, Sra. Deputada Liliane Roriz, Vice-Presidente no exercício da Presidência desta Casa na sessão de hoje, eu gostaria de fazer esse registro como uma posição do Deputado Agaciel Maia a respeito dos assuntos que estão sendo tratados hoje nesta Casa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Acato a sua solicitação.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Encerro os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item nº 106:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 100, de 2014, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "altera o Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, que 'regula o Sistema Tributário do Distrito Federal e dá outras providências'".

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30	06	2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir relatório.) – Sra. Presidente,
Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



RELATÓRIO Nº 1, DE 2015 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei Complementar nº 100/2014, que "altera o Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, que regula o Sistema Tributário do Distrito Federal e dá outras providências".

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 70/2015-GAG, de 24 de abril de 2015, o Governador do Distrito Federal comunica à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei Complementar nº 100/2014, de autoria da ilustre Deputada Eliana Pedrosa, que *altera o Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, que regula o Sistema Tributário do Distrito Federal e dá outras providências.*

A proposição em comento foi aprovada sem alterações, ficando a redação final conforme fls. 19.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao Projeto de Lei Complementar foi oposto veto total, sob o argumento de que o art. 131, II, da Lei Orgânica do Distrito Federal veda a concessão de benefícios e incentivos fiscais no último ano da legislatura.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Sandra Faraj
Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

emm.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
 PLC Nº 100 / 14
 FOLHA 26 RUBRICA

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 30 06 2015	Horário Início 16h15	Sessão/Reunião 59ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 27

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em discussão o relatório.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

Esta Presidência orienta os Srs. Deputados a votarem "não".

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, seria possível os Líderes darem a orientação?

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – É regimental, nós já acordamos na reunião de Líderes.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
 PRESIDÊNCIA
 SECRETARIA LEGISLATIVA

Data: 30/06/15

**REGISTRO DE VOTAÇÃO DE VETO**
 VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) AO(S):

 PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

100/2014

 PROJETOS DE LEI Nº(S):

AUTORIA: DEPUTADA ELIANA PEDROSA

 Poder Executivo

RELATORIA: DEPUTADA SANDRA FARAJ

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC			X			
	BISPO RENATO ANDRADE	PR		X				
	CHICO LEITE	PT			X			
	CHICO VIGILANTE	PT		X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB			X			
	DR. MICHEL	PP		X				
	JOE VALLE	PDT			X			
	JUAREZÃO	PRTB		X				
	JULIO CESAR	PRB			X			
	LILIANE RORIZ	PRTB		X				
	LIRA	PHS		X				
	LUZIA DE PAULA	PEN		X				
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		X				
	PROF. ISRAEL	PV			X			
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB			X			
	RICARDO VALE	PT		X				
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		X				
	RODRIGO DELMASSO	PTN		X				
	SANDRA FARAJ	SD		X				
	TELMA RUFINO	PPL		X				
	WASNY DE ROURE	PT		X				
	WELLINGTON LUIZ	PMDB			X			
	CELINA LEÃO	PDT			X			
T O T A L					15	9		

Sandra Faraj
 SECRETÁRIO(A) DEPUTADO(A) SANDRA FARAJ

VOTOS "SIM"		VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	15	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO			
AUSÊNCIAS	9		
OBSTRUÇÃO			

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 30 06 2015	Horário Início 16h15	Sessão/Reunião 59ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 28

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos contrários.

Total de votantes: 15.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 13:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 416, de 2011, de autoria da Deputada Celina Leão, que “autoriza a comercialização dos veículos que se encontram apreendidos dentro do pátio do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF e dá outras providências”.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – O art. 199, § 2º do Regimento Interno desta Casa diz que qualquer votação precisa ser precedida do encaminhamento dos Líderes dos blocos partidários.

Então, peço a V.Exa. que, logo após a leitura dos votos e quando chegar ao plenário o processo, convoque os Líderes para o encaminhamento dos votos.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Na ausência do Relator, Deputado Chico Leite, solicito à Deputada Sandra Faraj que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para proceder à leitura do relatório.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL nº 416 / 2011

Fls. nº 28 §

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 416/2011, que *autoriza a comercialização dos veículos que se encontram apreendidos dentro do pátio do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF e dá outras providências.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 030/2013-GAG (fls. 24/25), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 416, de 2011, de autoria da Deputada Celina Leão.

A proposição foi aprovada com modificações, ficando a redação final conforme fls. 19.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto total**, sob o argumento de que a proposição contraria a Constituição Federal – CF, a Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF e a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Alega o Governador que a proposição cria atribuições ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF, o que só poderia ser feito por iniciativa do Poder Executivo (art. 71, § 1º, IV da LODF).

Além disso, a implementação dos dispositivos previstos no Projeto de Lei acarretaria em despesas para o órgão público, caracterizando obrigações de

2

caráter continuado, que enseja o cumprimento dos art. 16 e 17 da LRF, exigência cujo cumprimento não foi demonstrado nos documentos enviados ao Poder Executivo.

Informa, ainda, que o Distrito Federal poderia ser responsabilizado, caso o veículo, que se encontra sob sua guarda (CF, art. 37, § 6º), sofresse danos durante as visitas permitidas pela proposição.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE
Relator

Relator *sp/*
"ad hoc"
Dep. Sandra
Saraj

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 416 / 2011
Fls. nº 29 - §

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	29	

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Quero comunicar à Bancada do Partido dos Trabalhadores que o voto acordado no Colégio de Líderes é “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Deputado Rodrigo Delmasso, qual a orientação do seu bloco?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Pelo Bloco Amor por Brasília, conforme acordado no Colégio de Líderes, oriento a derrubada do veto, ou seja, votar “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

Pelo Bloco Força do Trabalho, eu oriento que a minha bancada vote “não”.

Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Deputada Sandra Faraj.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Orioento pelo “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (Bloco Democrático Trabalhista Progressista. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – A orientação é “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Bispo Renato Andrade, como vota a minoria?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (Bloco da Minoria. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – “Não”.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Em discussão o relatório. (Pausa.)

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
	Data	Horário Início	Sessão/Reunião	
30 06 2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	30	

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
 PRESIDÊNCIA
 SECRETARIA LEGISLATIVA

Data: 30/06/15

**REGISTRO DE VOTAÇÃO DE VETO**
 VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) AO(S):

 PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

 PROJETOS DE LEI Nº(S): 416/2011

AUTORIA: DEPUTADA CELINA LEÃO

 Poder Executivo

RELATORIA: DEPUTADA SANDRA FARAJ

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC			X			
	BISPO RENATO ANDRADE	PR			X			
	CHICO LEITE	PT			X			
	CHICO VIGILANTE	PT		X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X				
	DR. MICHEL	PP		X				
	JOE VALLE	PDT			X			
	JUAREZÃO	PRTB		X				
	JULIO CESAR	PRB		X				
	LILIANE RORIZ	PRTB		X				
	LIRA	PHS		X				
	LUZIA DE PAULA	PEN		X				
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		X				
	PROF. ISRAEL	PV		X				
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB			X			
	RICARDO VALE	PT		X				
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		X				
	RODRIGO DELMASSO	PTN		X				
	SANDRA FARAJ	SD		X				
	TELMA RUFINO	PPL		X				
	WASNY DE ROURE	PT		X				
	WELLINGTON LUIZ	PMDB		X				
	CELINA LEÃO	PDT			X			
T O T A L					18	6		

Sandra Faraj
 SECRETÁRIO(A) DEPUTADO(A) SANDRA FARAJ

VOTOS "SIM"		VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	18	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO			
AUSÊNCIAS	6		
OBSTRUÇÃO			

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30	06	2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos contrários. Houve 6 ausências.

Total de votantes: 18.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria pedir a inclusão de seis proposições como itens extrapauta: a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 11, em segundo turno; os Projetos de Lei nº 503, nº 504, nº 501 e nº 522, em primeiro turno; e o Projeto de Resolução nº 14, de 2015.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, já fiz a solicitação à assessoria da Mesa, mas, semelhantemente ao Líder do Governo, peço a inclusão na pauta de dois projetos que já estão em condições de serem apreciados, que são o Projeto de Lei nº 1.739, de 2013, e a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 33, de 2011, além do Projeto de Lei nº 1.897, de 2014, que ainda não está com a tramitação concluída.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Esta Presidência acata a solicitação do Deputado Wasny de Roure e a do Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a inclusão na pauta de votação do Projeto de Lei nº 44, de 2015, e do Projeto de Lei nº 252, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a inclusão na pauta de votação dos projetos acertados na reunião

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

de Líderes. O Marcelinho está com eles. Inclusive, há dois projetos meus. Solicito a V.Exa. que, tendo em vista que o Deputado Chico Leite está doente e sua ausência justificada por atestado médico, inclua na pauta o Projeto de Lei nº 1.896, de 2014, e o Projeto de Lei nº 877, de 2012, de autoria do referido Deputado, que se encontra acamado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Na reunião de Líderes, alguns Deputados não estavam presentes, somente alguns. Foi acordado que fossem incluídos extrapauta os projetos que querem que sejam aprovados. Então, solicito que as assessorias dos Srs. Deputados passem esses projetos para que possamos incluí-los na pauta. Foi esse o acordo na reunião de Líderes.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, V.Exa. presidiu a reunião, e o que acertamos foi que seriam dois projetos por Deputado presente, fazendo-se exceção para os ausentes por atestado médico.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, solicito a substituição do item nº 113, Projeto de Lei nº 348, de 2011, de minha autoria, pelo Projeto de Lei nº 1.384, também de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – O projeto é de que ano, Deputada Luzia de Paula?

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – De 2013, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a inclusão na pauta do item nº 5, apreciação do veto ao Projeto de Lei nº 479, de 2011. Não tem o projeto na pauta de votação; por isso, solicito a apreciação desse veto.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Qual é o item, Deputado Joe Valle?

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 30 06 2015	Horário Início 16h15	Sessão/Reunião 59ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 33

DEPUTADO JOE VALLE – Sra. Presidente, é o item nº 5, Projeto de Lei nº 479, de 2011, que “institui diretrizes para o programa Viva Arte nas escolas públicas do Distrito Federal”.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Esta Presidência consulta os Líderes se há acordo para apreciarmos o item nº 5.

DEPUTADO JUAREZÃO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JUAREZÃO (PRTB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 225, de 2015, e o Projeto de Lei nº 286, de 2015, ambos de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a inclusão na pauta de votação dos projetos de autoria do Deputado Rafael Prudente, que são os itens nºs 135 e 136. No Colégio de Líderes não tive a oportunidade de apresentá-los.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Eu queria saber, Deputado Joe Valle, se há acordo para votar a derrubada do veto de autoria de V.Exa. (Pausa.)

Eu gostaria, Deputado Joe Valle, que V.Exa. submetesse isso aos Líderes, porque na reunião de Líderes foram discutidos apenas dois vetos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Tendo em vista que o Deputado Joe Valle não terá nenhum projeto pautado nesta sessão, eu queria apelar para os demais Líderes que eu acho muito justo que possamos derrubar esse veto dele, porque S.Exa. não terá nenhum projeto sendo votado aqui no dia de hoje.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu também quero dar a minha contribuição dizendo “sim” a essa proposta, porque o Deputado Joe Valle realmente não vai apresentar projeto nesta sessão.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 30 06 2015	Horário Início 16h15	Sessão/Reunião 59ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 34

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o Deputado Joe Valle veio agora falar conosco. Havendo o pedido de V.Exa. como Presidente e do próprio Deputado Joe Valle, eu não me oponho e peço que, caso haja acordo, possamos realmente derrubar o veto do Deputado Joe Valle, Deputado que realmente tem lutado por esse povo. Então, da minha parte, Deputado, está autorizada a apreciação do veto. Podemos derrubá-lo na tarde de hoje.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PPL. Sem revisão da oradora.) – Solicito que coloque extrapauta o Projeto de Lei nº 306, de 2015, e o Projeto de Lei nº 209, de 2015, de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Acato a sua solicitação.

Item nº 5:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 479, de 2011, de autoria do Deputado Joe Valle, que “institui diretrizes para o programa Viva Arte nas escolas públicas do Distrito Federal”.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu só queria pedir para o Deputado Robério Negreiros sair da Mesa, porque S.Exa. não compõe a Mesa.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Mas S.Exa. não quer sair da Mesa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Nós vamos tirá-lo.

DEPUTADO JULIO CESAR – O Deputado Robério Negreiros vai ficar aqui. S.Exa. já está partindo para o nosso lado aqui.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Só para reforçar aqui que os projetos do Deputado Ricardo Vale são os itens nº 114 e nº 126. E os meus, o Marcelinho já está lá com eles.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – A orientação do nosso bloco é para a derrubada do veto do Deputado Joe Valle. S.Exa. não tem projeto na pauta

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30	06	2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

para ser aprovado. Então, S.Exa. está abdicando de dois projetos pela derrubada do veto.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco Força do Trabalho. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pelo Bloco Força do Trabalho, a minha orientação é pela derrubada do veto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a bancada do Partido dos Trabalhadores vai votar pela derrubada do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Na ausência do Relator, Deputado Chico Leite, solicito à Deputada Sandra Faraj que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para proceder à leitura do relatório.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 479/2011, que institui diretrizes para o programa *viva arte nas escolas públicas do Distrito Federal.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 190/2012-GAG (fls. 19/20), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 479, de 2011, de autoria do Deputado Joe Valle, que institui diretrizes para o programa viva arte nas escolas públicas do Distrito Federal.

O Projeto foi aprovado na forma de substitutivo, ficando sua redação final conforme fl. 15.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto veto total, sob a alegação de que a utilização dos estabelecimentos do ensino público é matéria de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo, à luz dos arts. 52 e 100, VI, da Lei Orgânica do Distrito Federal. Ademais, a implementação das medidas implicaria o emprego de recursos humanos e materiais do Poder Público de forma continuada, assunto para o qual há requisitos impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, os quais não teriam sido observados.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto parcial em causa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputado **CHICO LEITE**
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL n.º 479/2011
Fl. n.º 23/118

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30	06	2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em discussão o relatório.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
 PRESIDÊNCIA
 SECRETARIA LEGISLATIVA

Data: 30/06/15



REGISTRO DE VOTAÇÃO DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) AO(S):

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

PROJETOS DE LEI Nº(S): 479/2011

AUTORIA: DEPUTADO JOE VALLE

Poder Executivo

RELATORIA: DEPUTADA SANDRA FARAJ

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC		X				
	BISPO RENATO ANDRADE	PR			X			
	CHICO LEITE	PT			X			
	CHICO VIGILANTE	PT		X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X				
	DR. MICHEL	PP		X				
	JOE VALLE	PDT		X				
	JUAREZÃO	PRTB		X				
	JULIO CESAR	PRB		X				
	LILIANE RORIZ	PRTB		X				
	LIRA	PHS		X				
	LUZIA DE PAULA	PEN		X				
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		X				
	PROF. ISRAEL	PV		X				
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB		X				
	RICARDO VALE	PT		X				
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		X				
	RODRIGO DELMASSO	PTN		X				
	SANDRA FARAJ	SD		X				
	TELMA RUFINO	PPL		X				
	WASNY DE ROURE	PT		X				
	WELLINGTON LUIZ	PMDB		X				
	CELINA LEÃO	PDT			X			
T O T A L				21	3			

SECRETÁRIO(A) DEPUTADO(A) SANDRA FARAJ

VOTOS "SIM"		VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	21	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO			
AUSÊNCIAS	3		
OBSTRUÇÃO			

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 30 06 2015	Horário Início 16h15	Sessão/Reunião 59ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 37

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos contrários. Houve 3 ausências.

Total de votantes: 21.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 107:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.643, de 2013, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que "altera a Lei nº 4.727, de 28 de dezembro de 2011, que dispõe sobre as isenções do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, prorroga a vigência de isenções da Taxa de Limpeza Pública e dá outras providências".

(Assume a Presidência a Deputada Sandra Faraj.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Esta Presidência informa que a proposta necessita de dezesseis votos favoráveis para sua aprovação.

Em discussão o projeto, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

 PRESIDÊNCIA
 SECRETARIA LEGISLATIVA

Data: 30/06/2015


REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL

 VOTAÇÃO EM: 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

 REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM 30/06/2015

 PARECER: ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
 COMISSÕES: CCJ CEF CAS CDDHCEDP CAF CDC CSEG CESC
 CDESCTMAT MESA DIRETORA COMISSÃO ESPECIAL CFGTC

 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S): _____

 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S): _____

 PROJETO DE LEI Nº(S): 1.643/2013

 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S): _____

 REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S): _____

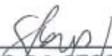
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S): _____

 VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: _____ FAVORÁVEL CONTRÁRIO

 AUTORIA: DEPUTADO(A) LILIANE RORIZ Poder Executivo

 RELATORIA: DEPUTADO(A) _____

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	BISPO RENATO ANDRADE	PR			X			
	CHICO LEITE	PT			X			
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	JOE VALLE	PDT	X					
	JUAREZÃO	PRTB	X					
	JULIO CESAR	PRB	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	LIRA	PHS	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	PROF. ISRAEL	PV	X					
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X					
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	X					
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X					
	RICARDO VALE	PT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RODRIGO DELMASSO	PTN	X					
	SANDRA FARAJ	SD	X					
	TELMA RUFINO	PPL	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	CELINA LEÃO	PDT			X			
T O T A L			21		3			


SECRETÁRIA DA SESSÃO
 DEPUTADA SANDRA FARAJ

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30	06	2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.643, de 2013, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “altera a Lei nº 4.727, de 28 de dezembro de 2011, que dispõe sobre as isenções do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, prorroga a vigência de isenções da Taxa de Limpeza Pública e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

(Assume a Presidência a Deputada Liliane Roriz.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Item nº 108:

Discussão e votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 52, de 2013, de autoria do Deputado Chico Vigilante e outros, que “altera o inciso XVIII do art. 19 e acrescenta os §§ 9º e 10º ao mesmo artigo da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

Aprovado parecer favorável da CCJ na forma do substitutivo. A Comissão Especial de Análise das Propostas de Emenda à Lei Orgânica deverá se manifestar em plenário.

Solicito ao Presidente da Comissão Especial de Análise das Propostas de Emenda à Lei Orgânica, Deputado Robério Negreiros, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30	06	2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, designo o Deputado Rodrigo Delmasso.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Solicito ao Relator, Deputado Rodrigo Delmasso, que emita parecer da Comissão Especial de Análise das Propostas de Emenda à Lei Orgânica sobre a matéria.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão Especial de Análise à Proposta de Emenda à Lei Orgânica à Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 52, de 2013, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “altera o inciso XVIII do art. 19 e acrescenta os §§ 9º e 10 ao mesmo artigo da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

Sra. Presidente, nos termos do disposto no art. 210, *caput*, do Regimento Interno desta Casa, compete a esta Comissão Especial pronunciar-se sobre a admissibilidade da Proposta de Emenda à Lei Orgânica. Cabe à comissão, também, o exame do mérito da proposição conforme o § 2º do mencionado art. 210 do Regimento Interno.

Para ser admitida nesta comissão, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica deve atender os requisitos previstos no artigo 70, I, §§ 3º ao 5º da Lei Orgânica local, além do art. 139 e seus §§ 1º ao 3º do Regimento Interno desta Casa, que determina ser exigida a autoria de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Também por tais normas, é vedada a deliberação de PELO que ferir princípios da Constituição Federal. Não será admitida ainda, segundo essas exigências em vigor, matéria constante de proposta à emenda rejeitada ou havida por prejudicada na sessão legislativa.

Considerando o exposto apresentado no presente parecer, manifesto-me pela aprovação da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 52, de 2013, que “altera o inciso XVIII do art. 19 e acrescenta os §§ 9º e 10 ao mesmo artigo da Lei Orgânica, que diz, segundo o inciso: a criação, a transformação, fusão, cisão, incorporação, privatização ou extinção de sociedade de economia mista, autarquias, fundações e empresas públicas depende de lei específica, bem como a alienação de ações que garantem o controle direto ou indireto de empresas públicas e sociedades de economia mista pelo Distrito Federal e demais artigos colocados.

Sra. Presidente, somos, então, pela aprovação da presente Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal no âmbito da Comissão Especial instituída por esta Casa para análise da admissibilidade das emendas à Lei Orgânica.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em discussão o parecer da Comissão Especial de Análise à Proposta de Emenda à Lei Orgânica. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30	06 2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados. Houve 3 ausências.)

Em discussão a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 52, de 2013, em primeiro turno. (Pausa.)

Esta Presidência informa que a proposta necessita de 16 votos favoráveis para a sua aprovação.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando a proposta de emenda à Lei Orgânica; os que votarem "não" estarão rejeitando-a.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
 PRESIDÊNCIA
 SECRETARIA LEGISLATIVA

Data: 30/06/2015



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO EM: 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM

PARECER: ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
 COMISSÕES: CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CSEG CESC
 CDESCMAT MESA DIRETORA COMISSÃO ESPECIAL CFGTC

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S): 52/2013

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S): _____

PROJETO DE LEI Nº(S): _____

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S): _____

REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S): _____

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S): _____

VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: _____ FAVORÁVEL CONTRÁRIO

AUTORIA: DEPUTADO(A) CHICO VIGILANTE e outros Poder Executivo

RELATORIA: DEPUTADO(A) _____

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC			X			
	BISPO RENATO ANDRADE	PR			X			
	CHICO LEITE	PT			X			
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	JOE VALLE	PDT	X					
	JUAREZÃO	PRTB	X					
	JULIO CESAR	PRB	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	LIRA	PHS	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	PROF. ISRAEL	PV	X					
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X					
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	X					
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X					
	RICARDO VALE	PT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RODRIGO DELMASSO	PTN	X					
	SANDRA FARAJ	SD	X					
	TELMA RUFINO	PPL	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	CELINA LEÃO	PDT			X			
T O T A L			20		4			

Sandra Faraj
SECRETÁRIO DA SESSÃO
 DEPUTADO SANDRA FARAJ

SECRETARIA LEGISLATIVA
 PLO nº 52 / 2013
 Folha nº 458

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015		16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	41	

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

Está aprovada a Proposta de Emenda à Lei Orgânica.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, mais uma vez quero pedir à Mesa que, antes de a votação ser encaminhada no plenário, solicite aos Líderes o encaminhamento de votação em cumprimento ao art. 199, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, que diz: “antes das votações, os Líderes deverão fazer o encaminhamento de votação por até três minutos”.

Obrigado, Sra. Presidente.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de solicitar a inclusão na pauta – estou atendendo a um pedido do Deputado Bispo Renato Andrade, que está proferindo uma palestra na Fecomércio e estará aqui às 19h – dos seguintes projetos, todos de autoria dele: PL nº 461, de 2015; PL nº 80, de 2015; e PDL nº 2, de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Foi acordada a apreciação – e ele estava presente – de somente dois projetos.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, eu queria pedir a inclusão na pauta do PL nº 20, de 2015; e do PL nº 69, de 2015, de minha autoria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, creio que é importante destacar o entendimento do Colégio de Líderes, apesar de não fazer parte dele. Por acaso estive na reunião e o acordo era de que serão realizadas votações de projetos de Parlamentares presentes no plenário. É bom que isso fique claro e é bom informar a todos os Deputados que, se algum Parlamentar sair na transição do primeiro para o segundo turno, deixar-se-á de votar a proposição de autoria dele. É bom acertar isso entre nós para ninguém ser prejudicado.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30	06	2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Ok, Deputado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, apesar de ter sido acordado no Colégio de Líderes que a PELO nº 80 seria incluída na extrapauta, ao que me consta, não foi. Eu só queria confirmar com V.Exa. e com a assessoria se essa proposta já consta da extrapauta.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Vou verificar, Deputado. É o item nº 110 da pauta. Eu gostaria que o senhor verificasse se é isso mesmo.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Presidente. Vou puxar a orelha da minha assessoria, que não prestou atenção.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Item nº 109:

Discussão e votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 71, de 2014, de autoria da Deputada Celina Leão e outros, que “acrescenta-se o artigo 124-B à Lei Orgânica do Distrito Federal, incluindo regras para a segurança metroviária e dá outras providências”.

Item nº 110:

Discussão e votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 80, de 2014, de autoria do Deputado Wellington Luiz e outros, que “trata da regulamentação do inciso XVI, do art. 17, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e do inciso XVI, do art. 24, da Constituição Federal, e dá outras providências”.

Aprovado parecer na CCJ, a Comissão Especial para Análise das Propostas de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal deverá se manifestar.

Solicito ao Presidente da Comissão Especial para Análise das Propostas de Emenda à Lei Orgânica, Deputado Robério Negreiros, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita o parecer da Comissão Especial para Análise das Propostas de Emenda à Lei Orgânica sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão Especial para Análise das Propostas de Emenda à Lei Orgânica à Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 80, de 2014, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “trata de regulamentação do inciso XVI, do art. 17, da Lei Orgânica do Distrito

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30	06	2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

Federal, e do inciso XVI, do art. 24, da Constituição Federal, e dá outras providências”.

“O art. 119 da Lei Orgânica do Distrito Federal passa a vigorar acrescido do § 10, com a seguinte redação:

Art. 119 (...)

§ 10. Compete ao Diretor-Geral de Polícia Civil do Distrito Federal, por delegação, autorizar a realização de concursos públicos para o provimento de cargos das carreiras da Polícia Civil, que ocorrerá sempre que as vagas excederem a cinco por cento dos respectivos cargos, ou, com menor número, de acordo com a necessidade, bem como decidir sobre o provimento dos cargos e expedir normas complementares necessárias aos referidos fins.

§ 11. A delegação de que trata o § 10 exige prévia manifestação da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal, antes da realização do concurso, que confirme a existência de disponibilidade orçamentária para cobrir despesas com o provimento de cargos”.

Art. 2º A Lei Orgânica do Distrito Federal passa a vigorar acrescida do art. 119-A, com a seguinte redação:

Art. 119-A. Lei disporá sobre normas específicas e suplementará as normas federais sobre organização da Polícia Civil do Distrito Federal e sobre direitos, garantias e deveres de seus integrantes, nos termos do inciso XVI e § 1º do art. 24 da Constituição Federal e do art. 17, inciso XVI, desta Lei Orgânica do Distrito Federal, sendo-lhes devido, sem prejuízo do subsídio e de outras verbas de natureza indenizatória, auxílio-moradia, auxílio-uniforme e auxílio-alimentação, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Aplica-se aos integrantes das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal, no que couber, a lei que trata sobre direitos e garantias dos servidores públicos civis do Distrito Federal.

Art. 3º O Governo do Distrito Federal regulamentará, por decreto, as verbas indenizatórias especificamente previstas no *caput* do art. 119-A, acrescentado pelo art. 2º desta emenda.

Parágrafo único. O governador apresentará, no âmbito da legislação concorrente do Distrito Federal, projeto de lei tratando da organização da Polícia Civil do Distrito Federal e dos direitos, deveres e obrigações dos seus integrantes, sem prejuízo dos direitos expressos nesta emenda.

Art. 4º Esta emenda entra em vigor na data da sua promulgação.”

O nosso parecer é pela aprovação do PELO nº 80, de 2014.

É o parecer, Sra. Presidente.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 30 06 2015	Horário Início 16h15	Sessão/Reunião 59ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 44

Eu gostaria de parabenizar o empenho de dois colegas: o Deputado Wellington Luiz e o Deputado Dr. Michel.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em discussão o parecer da Comissão Especial para Análise das Propostas de Emenda à Lei Orgânica.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero aqui parabenizar o Relator dessa PELO, porque isso é muito importante para a categoria policial civil, principalmente em se tratando de uma categoria de abnegados, de pessoas que lutam muito para manter a ordem pública no Distrito Federal, chegando ao ponto de colocarem suas próprias vidas em risco para salvar a vida dos outros. Isso aí nada mais é do que fazer justiça com essa corporação, que é uma corporação centenária e que, mesmo nas dificuldades, demonstra que tem a capacidade de fazer o que o Estado precisa fazer, que é combater o crime. Então, isso que está sendo feito hoje nesta Casa nada mais é do que justiça com esses verdadeiros abnegados.

Quero agradecer a todos os meus pares que aqui estão presentes. Eu não poderia deixar também de parabenizar o Deputado Wellington Luiz, que é um lutador por essa categoria, assim como eu. Essa categoria realmente merece ser reconhecida por esta Casa. E esta lei nada mais é do que o reconhecimento pelo trabalho, pela excelência de trabalho que essa corporação vem fazendo para o Distrito Federal.

Era esse o meu discurso. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de seguir o discurso do Deputado Dr. Michel.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Deputado Wellington Luiz pela sensibilidade. É importante destacar que o Deputado Wellington Luiz está agindo com absoluta responsabilidade incluindo os direitos dos servidores da Polícia Civil.

Em segundo lugar, é necessário destacar que as corporações da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, que agem a serviço da segurança do Distrito Federal, possuem tratamento dessa natureza: auxílio-moradia, auxílio-uniforme e auxílio-alimentação.

Em terceiro lugar, o próprio Ministério Público, que tem sido o grande piloto do ordenamento jurídico aqui do Distrito Federal, já possui esses benefícios, que são de direito às categorias que compõem a segurança pública da nossa cidade.

Esses servidores são remunerados com recursos provenientes da União que compõem o Fundo Constitucional do Distrito Federal. Esse fundo, inclusive, tem tido

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30	06	2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

perdas. Deputada Liliane Roriz, eu conversava há pouco com a direção do Sinpol e a direção do Sindicato dos Delegados. Recursos muitas vezes têm se perdido, principalmente aqueles voltados para manutenção e investimento, por não terem os projetos executivos e as licitações concluídas. Muitas vezes, o governo prefere perder o recurso, retornando o recurso à União, do que conceder benefícios a servidores, sendo que outros do mesmo segmento recebem.

Portanto, o meu voto será favorável à matéria.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Primeiro, quero parabenizar o Deputado Wellington Luiz pelo belíssimo trabalho junto com o Deputado Dr. Michel. Eu também vou votar favorável a essa PELO, em defesa da Polícia Civil do Distrito Federal.

Eu queria solicitar, Sra. Presidente, que, logo após a votação das PELOs, votemos, se possível, o projeto do lei do aplicativo dos taxistas, porque eles estão aqui aguardando e precisam voltar para suas praças, precisam ainda terminar o dia de trabalho para tentarem levar alguma coisa para casa. Então, quanto mais rápido votarmos isso aqui, mais rápido podemos liberar os taxistas do Distrito Federal, que, com certeza, contam com esta Casa.

Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Estou tentando, Deputado.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, em primeiro lugar, quero saudar meus amigos e amigas policiais civis que hoje nos prestigiam com suas presenças, de extrema importância.

Quero, muito rapidamente, fazer uns agradecimentos. Eu gostaria de iniciar agradecendo ao Deputado Raimundo Ribeiro e a todos os Deputados da Comissão de Constituição e Justiça, que foram extremamente responsáveis e sensíveis em atender o pleito dos policiais. Quero agradecer à Deputada Sandra Faraj, Presidente da CCJ, ao Deputado Raimundo Ribeiro, ao Deputado Rafael Prudente, ao Deputado Bispo Renato Andrade e ao Deputado Robério Negreiros, Presidente da Comissão Especial das PELO's. Quero agradecer a todos os meus pares.

Temos que nos lembrar dos atores principais. Quero dividir com o Deputado Dr. Michel, que, o tempo todo, discutiu isso conosco, com a assessoria. Obrigado, Deputado Dr. Michel. E também o Sindepo e a Adepol, que trouxeram para nós essa

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 30 06 2015	Horário Início 16h15	Sessão/Reunião 59ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 46

proposta e, a partir dela, fez-se um trabalho garantindo um direito não só para os delegados, mas para todos os policiais, inclusive os aposentados. Então, como bem disse o Deputado Wasny de Roure, é um direito que hoje já é estendido a outros servidores e que agora, graças à sensibilidade dos nossos Deputados, também serão aplicadas aos policiais civis.

Meu muito obrigado e que Deus nos abençoe!

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Continua em discussão.
(Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre a proposta está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 80, de 2014. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Esta Presidência informa que a proposta necessita de 16 votos favoráveis para a sua aprovação.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Minha orientação para o Bloco Trabalhismo, Sustentabilidade e Solidariedade é "sim". (Palmas).

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Como encaminha a votação o Deputado Chico Vigilante?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores, Deputado Ricardo Vale, Deputado Chico Vigilante e Deputado Wasny de Roure, votará "sim".

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Como encaminha a votação o Deputado Wellington Luiz?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Democrático Trabalhista Progressista. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Em respeito aos policiais civis e para o bem-estar da nossa sociedade, "sim".

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 30 06 2015	Horário Início 16h15	Sessão/Reunião 59ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 47

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Como encaminha a votação o Deputado Agaciel Maia? (Pausa.)

Como encaminha a votação a Deputada Telma Rufino?

DEPUTADA TELMA RUFINO (Bloco Força do Trabalho. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – “Sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Como encaminha a votação o Deputado Julio Cesar?

DEPUTADO JULIO CESAR (Líder do Governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Eu oriento a Base do governo a votar “sim”.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – O Bloco Amor por Brasília, que é composto pela Deputada Luzia de Paula e pelos Deputados Lira, Julio Cesar, Rodrigo Delmasso e Bispo Renato Andrade, em defesa da Polícia Civil, vota “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
 PRESIDÊNCIA
 SECRETARIA LEGISLATIVA

Data: 30/06/2015

**REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL**

VOTAÇÃO EM: 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM

PARECER: ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
 COMISSÕES: CCJ CEOF CAS CDDHCDP CAF CDC CSEG CESC
 CDESCTMAT MESA DIRETORA COMISSÃO ESPECIAL CFGTC

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S): 80/2014

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

PROJETO DE LEI Nº(S):

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S):

REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S):

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S):

VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: FAVORÁVEL CONTRÁRIO

AUTORIA: DEPUTADO(A) WELLINGTON LUIZ e outros Poder Executivo

RELATORIA: DEPUTADO(A)

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC			X			
	BISPO RENATO ANDRADE	PR			X			
	CHICO LEITE	PT			X			
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	JOE VALLE	PDT	X					
	JUAREZÃO	PRTB	X					
	JULIO CESAR	PRB	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	LIRA	PHS	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	PROF. ISRAEL	PV	X					
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X					
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	X					
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X					
	RICARDO VALE	PT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB			X			
	RODRIGO DELMASSO	PTN	X					
	SANDRA FARAJ	SD	X					
	TELMA RUFINO	PPL	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	CELINA LEÃO	PDT			X			
T O T A L			19		5			

(Assinatura)
SECRETÁRIO DA SESSÃO
 DEPUTADO SANDRA FARAJ

SECRETARIA LEGISLATIVA
 PELO Nº 80 / 2014
 Folha nº 238

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30	06	2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				48	

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 111:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.422, de 2013, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “altera a Lei Distrital nº 5.089, de 25 de março de 2013, que proíbe a cobrança de valores adicionais – sobretaxa para matrícula ou mensalidade de estudantes portadores de Síndrome de Down, Autismo, Transtorno Invasivo do Desenvolvimento ou outras síndromes, e dá outras providências”.

Aprovados pareceres favoráveis da CESC e da CCJ na forma do substitutivo. A CESC deverá se manifestar sobre o substitutivo aprovado na CCJ.

Solicito ao Presidente da CESC, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, eu avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 1.422, de 2013, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “altera a Lei Distrital nº 5.089, de 25 de março de 2013, que proíbe a cobrança de valores adicionais – sobretaxa para matrícula ou mensalidade de estudantes portadores de Síndrome de Down, Autismo, Transtorno Invasivo do Desenvolvimento ou outras síndromes e dá outras providências”.

Eu, como Relator na Comissão de Educação, Saúde e Cultura, dou parecer favorável à matéria.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015		16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	49	

O parecer sobre o substitutivo está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.422, de 2013. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 19 Deputados.

Item nº 112:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2, de 2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que "institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal a Semana da Família".

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 113:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 348, de 2011, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que "dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Distrito Federal e dá outras providências".

Deputada, consulto se esse projeto é para ser votado hoje. Ele foi substituído. (Pausa.)

Item nº 114:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 131, de 2015, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que "dispõe sobre a eleição indireta para Governador e Vice-Governador, prevista no art. 94, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal".

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015		16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA		50

Tramitação concluída.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o Deputado Ricardo Vale e sua assessoria, de maneira competente, procuram suprir um vácuo em nossa legislação, porque, no último processo que Brasília vivenciou, o atual Deputado Rogério Rosso foi eleito Governador do Distrito Federal por esta Casa para suprir uma vacância na função. O Deputado Ricardo Vale procura legislar a matéria e equacionar o problema na nossa legislação.

Portanto, eu quero cumprimentar o Deputado, porque procura empoderar o Poder Legislativo, como também dar um procedimento republicano e transparente ao processo. Eu quero cumprimentar o autor da proposta e a equipe dele e cumprimentar também V.Exa. pelo encaminhamento da votação.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Eu também quero cumprimentar o Deputado Ricardo Vale pela proposta.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 115:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 222, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia Distrital de Enfrentamento à Psicofobia, a ser comemorado no dia 12 de abril”.

Consulto o Deputado Rafael Prudente se está tudo certo para a votação desse projeto.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, são dois ou três projetos?

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Rafael Prudente, são dois projetos.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, eu retiro esse e apresento os de números 135 e 136.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 30 06 2015	Horário Início 16h15	Sessão/Reunião 59ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 51

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Item nº 116:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.903, de 2014, de autoria do Deputado Dr. Michel, que “inclui o Dia da Paz e da Conciliação, a ser comemorado no dia 22 de julho, no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 117:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.337, de 2013, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “estabelece a obrigatoriedade de afixação de placas em hotel, motel, pensão ou estabelecimentos afins, informando o disposto no *caput* do art. 82 do Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Deputado Robério Negreiros, esse é um item que V.Exa. gostaria de colocar em votação?

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Ok.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 118:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 114, de 2015, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “dispõe sobre a implantação da válvula de descarga com duplo acionamento nos órgãos públicos do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015		16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	52	

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria fazer uma consulta aos Líderes dos blocos. Na reunião de Líderes, não havia acordo para votarmos o Projeto de Lei nº 491, de 2015, que autoriza o Poder Executivo a contratar crédito interno ao BNDES para financiamento, modernização e aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal. Eu queria consultar os Líderes se nós poderíamos fazer hoje a votação desse crédito, que vai ser muito importante para a Defensoria Pública.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante para encaminhamento de votação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, pela bancada do Partido dos Trabalhadores – nós, três Deputados: eu, Deputado Ricardo Vale e Deputado Wasny de Roure – estamos de acordo com o Deputado Julio Cesar. Nós entendemos que a Defensoria Pública do Distrito Federal precisa disso. Precisamos, cada vez mais, fortalecer a Defensoria, dar mais estrutura para que eles possam fazer o trabalho que eles estão fazendo. (Palmas.) É importante pontuar aqui, Deputado Julio Cesar, que eles defendem quem não tem quem o defenda. É exatamente quem não tem dinheiro para contratar advogado que vai lá, e eles atendem com o maior carinho, com o maior respeito, e, diga-se de passagem, com a maior competência, até porque são todos concursados. Não são bacharéis, são advogados militantes que agora estão nesta função de defensor dos mais humildes da sociedade de Brasília.

DEPUTADO JULIO CESAR – Obrigado, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz para encaminhamento de votação.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Democrático Trabalhista Progressista. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, inicialmente, havia algumas dúvidas da nossa parte, do nosso bloco, mas até em respeito ao Líder do Governo e aos defensores públicos, que têm feito um trabalho incansável,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30	06	2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

parabenizando a persistência do Deputado Julio Cesar, obviamente, aliada ao direito desses abnegados servidores, a orientação do nosso bloco é pelo voto "sim".

DEPUTADO JULIO CESAR – Obrigado, Deputado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia para encaminhamento de votação. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino para encaminhamento de votação.

DEPUTADA TELMA RUFINO (Bloco Força do Trabalho. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Estamos de acordo, sim, para votar.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Ok.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel para encaminhamento de votação.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Há acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso para encaminhamento de votação. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira para encaminhamento de votação.

DEPUTADO LIRA (Bloco da Minoria. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Há acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar para encaminhamento de votação.

DEPUTADO JULIO CESAR (Bloco Amor por Brasília. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Já sabem o meu voto. Há acordo e eu agradeço por isso. Quero aqui parabenizar o Deputado Wellington Luiz, que gentilmente entendeu a necessidade disso; o Deputado Chico Vigilante; o Deputado Rodrigo Delmasso; o Deputado Lira; a Deputada Telma Rufino; o Deputado Prof. Israel; a Deputada Sandra Faraj; a nobre Presidente, que se sensibilizou; os defensores e o Defensor Ricardo, que está aqui prestigiando o nosso evento. Vamos em frente!

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Eu queria parabenizar o Defensor Dr. Ricardo, que está aqui presente conosco, porque ele foi um guerreiro nesta causa, insistente, e hoje a gente está tendo essa oportunidade de apreciar esse projeto. Parabéns, Dr. Ricardo! Parabéns aos defensores!

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 30 06 2015	Horário Início 16h15	Sessão/Reunião 59ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 54

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Também quero aqui manifestar os meus parabéns à Defensoria, ao Josué, a todos que estão ali. Um grande abraço. Vocês merecem esse reconhecimento, um reconhecimento que vem de longa data.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Eu quero parabenizar a Defensoria Pública também, mas eu queria pedir a V.Exa. que visse o lado dos taxistas nesse pleito de se votar o projeto de lei do Deputado Rodrigo Delmasso. Os ACS – Agentes Comunitários de Saúde podem segurar só um pouquinho, é só porque os taxistas têm que ganhar o dinheiro deles fazendo aquelas corridinhas. Então, eu queria pedir para votarmos a questão dos taxistas.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Eu vou acatar a sua solicitação, assim como a do Deputado Rodrigo Delmasso. Acho que todos os Deputados estão aqui envolvidos nessa causa dos taxistas. Então, nós vamos inverter a pauta.

Item nº 125:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 282, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “dispõe sobre a utilização de aplicativos para a prestação do transporte individual e remunerado de passageiros – táxi”.

Foi aprovado o parecer favorável da CEOF. A CDC e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Julio Cesar, que emita o parecer da Comissão de Defesa do Consumidor sobre a matéria.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria que fosse lido o requerimento que trata da abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a realização de escutas ambientais ilegais e a violação do sigilo das comunicações dos Parlamentares. Deixo bem claro que 22 Deputados assinaram esse requerimento. Eu gostaria de solicitar a V.Exa. que ele fosse lido em plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Com a palavra o Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Defesa do Consumidor ao Projeto de Lei nº 282, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “dispõe sobre a utilização de aplicativos para a prestação do transporte individual e remunerado de passageiros – táxi”.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30	06	2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

Manifestamos voto pela admissibilidade e aprovação do projeto, no âmbito desta Comissão de Defesa do Consumidor.

Esse é o voto, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em discussão o parecer da Comissão de Defesa do Consumidor. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Sandra Faraj para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 282, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “dispõe sobre a utilização de aplicativos para a prestação do transporte individual e remunerado de passageiros – táxi”.

O projeto atende aos princípios de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não havendo nenhum óbice a sua aprovação. Assim, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 282, de 2015.

É o parecer.

Eu gostaria de aproveitar para informar que nós propusemos também o Dia do Taxista, porque nós entendemos, compreendemos, realmente apoiamos a profissão do taxista e a valorizamos. Eu acho que a aprovação desse projeto nesta noite é uma resposta. Dia 25 de julho vai ser o Dia do Taxista, uma proposta de minha autoria. Nós entendemos que é de extrema importância a aprovação desse projeto porque valoriza o profissional. Então, este é o nosso parecer: pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	56		

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 282, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, todos nós aqui temos o compromisso de votar o projeto em segundo turno, ainda hoje. Portanto, nós queremos liberar os taxistas para que eles possam fazer uma corridinha – que a coisa não anda fácil –, mas dizer que o projeto será votado, hoje, em segundo turno. Ele sairá daqui aprovado.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, primeiro, quero agradecer a esta Casa, em nome de todos os taxistas aqui presentes e de todos aqueles que estão na praça, ganhando a sua corrida de hoje. Esta manifestação da Câmara Legislativa só vem proteger esse profissional, que V.Exa., Deputado Dr. Michel, bem conhece, assim como os demais Deputados – Chico Vigilante, Ricardo Vale, Rafael Prudente, Robério Negreiros, Wasny de Roure, Juarezão, Telma Rufino, Prof. Israel, Luzia de Paula, Prof. Reginaldo Veras, e os Relatores, Deputado Julio Cesar e Deputada Sandra Faraj.

Esses profissionais, que ganham a vida todos os dias, que não têm final de semana nem feriado para trabalhar, estavam sendo achacados por esse aplicativo pirata. Hoje, esta Casa dá uma sinalização para essa categoria de que eles são valorizados aqui. E pedimos, Deputado Julio Cesar, V.Exa. que é Líder do Governo: clame ao Governador Rodrigo Rollemberg que sancione imediatamente esse projeto de lei para proteger os taxistas do Distrito Federal.

Quero agradecer a V.Exa. e a todos os Deputados presentes.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Item nº 109:

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 30 06 2015	Horário Início 16h15	Sessão/Reunião 59ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 57

Discussão e votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 71, de 2014, de autoria da Deputada Celina Leão e outros, que “acrescenta-se o artigo 124-B à Lei Orgânica do Distrito Federal, incluindo regras para a segurança metroviária e dá outras providências”.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 71, de 2014, versa sobre a segurança do transporte metroviário e atende aos princípios de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não havendo nenhum óbice a sua aprovação.

Assim, no âmbito desta comissão, somos pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 71, de 2014, com a Emenda nº 2.

Esse é o parecer.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão Especial de Análise das Propostas de Emenda à Lei Orgânica, Deputado Robério Negreiros, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, designo o Deputado Prof. Reginaldo Veras.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer pela Comissão Especial de Análise das Propostas de Emenda à Lei Orgânica sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão Especial de Análise das Propostas de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 71, de 2014, de autoria da Deputada Celina Leão e outros, que “acrescenta-se o artigo 124-B à Lei Orgânica do Distrito Federal, incluindo regras para a segurança metroviária e dá outras providências”.

O parecer desta comissão é pela admissibilidade com a Emenda nº 2.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em discussão o parecer da Comissão Especial de Análise das Propostas de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 71, de 2014. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando a proposta; os que votarem "não" estarão rejeitando-a.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
 PRESIDÊNCIA
 SECRETARIA LEGISLATIVA

Data: 30/06/2015

**REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL**VOTAÇÃO EM: 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM PARECER: ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO COMISSÕES: CCJ CEOP CAS CDDHCEDP CAF CDC CSEG CESC CDESCMAT MESA DIRETORA COMISSÃO ESPECIAL CFGTC PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S): PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S): PROJETO DE LEI Nº(S): PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S): REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S): PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S): VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: FAVORÁVEL CONTRÁRIO AUTORIA: DEPUTADO(A) Poder Executivo RELATORIA: DEPUTADO(A)

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC			X			
	BISPO RENATO ANDRADE	PR			X			
	CHICO LEITE	PT			X			
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	JOE VALLE	PDT			X			
	JUAREZÃO	PRTB	X					
	JULIO CESAR	PRB	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	LIRA	PHS	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	PROF. ISRAEL	PV	X					
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X					
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	X					
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X					
	RICARDO VALE	PT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RODRIGO DELMASSO	PTN	X					
	SANDRA FARAJ	SD	X					
	TELMA RUFINO	PPL	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	CELINA LEÃO	PDT			X			
T O T A L			19		5			

SECRETÁRIO DA SESSÃO
 DEPUTADO SANDRA FARAJ

SECRETARIA LEGISLATIVA
 PELO Nº 71 / 2014
 Folha nº 44 RITA

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015		16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	59	

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Está aprovada.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 119:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.746, de 2013, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “dispõe sobre a inclusão do Arraiá dos Caipiras do Bosque da cidade de São Sebastião – RA XIV, no Calendário Oficial de Eventos do Governo do Distrito Federal”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – O Deputado Agaciel... Vou pular esse item.

(Assume a Presidência a Deputada Sandra Faraj.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Item nº 121:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 407, de 2015, de autoria da Deputada Liliâne Roriz, que “dispõe sobre a redução da base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS nas operações com medicamentos genéricos”.

A proposição não recebeu pareceres. A CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS



PARECER Nº 01 /2015 - CEOF

Da **COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS**, sobre o **PROJETO DE LEI nº 407 de 2015**, que Dispõe sobre a redução da base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS nas operações com medicamentos genéricos.

AUTORA: Deputada Liliane Roriz
RELATOR: Deputado Rafael Prudente

I) RELATÓRIO

Encontra-se na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças - CEOF, para exame e parecer, o Projeto de Lei nº 407/2015, de autoria da ilustre Deputada Liliane Roriz, cujo objetivo encontra-se resumido na ementa acima reproduzida.

O Projeto de Lei em apreço é composto de dois artigos, o artigo 1º Fica reduzida a base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, de forma que a carga tributária efetiva seja de 12% (doze por cento), nas operações internas com medicamento genérico, assim definido pela Lei Federal nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, relacionado em resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, limitando este benefício ao dia 31 de dezembro de 2019.

Os artigos seguintes tratam das usuais cláusulas de vigência e revogação.

No âmbito da CEOF, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

Comissão de Economia, Orçamento e Finanças

PL Nº 407 / 2015
Fls. Nº 13



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS



II) VOTO DO RELATOR

De conformidade com o que estabelece o art. 64, II, a e c, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal – RICLDF, à CEOF compete analisar a admissibilidade das proposições quanto à sua adequação orçamentária e financeira e emitir parecer sobre o mérito de matérias, entre outras, a “adequação ou repercussão orçamentária ou financeira das proposições” e as “de natureza tributária”. Pelo § 2º do mesmo artigo, “é terminativo o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças quanto à adequação orçamentária e financeira das proposições, cabendo recurso ao Plenário, interposto por um oitavo dos Deputados, no prazo de cinco dias.

O exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira consiste em analisar se a proposição se adapta, se ajusta ou está abrangida pelo Plano Plurianual - PPA, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e pela Lei Orçamentária Anual - LOA, bem como verificar se atende à legislação aplicável às finanças públicas, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ressalte-se que a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), dispõe, no art. 14, sobre as condições para que um ente federado aprove projetos contendo renúncia de receitas, quais sejam:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Nesta linha, andou bem a autora do Projeto de Lei em apreço ao destacar em sua justificação o fato de que o Poder Executivo encaminhou a esta Câmara Legislativa o Projeto de Lei nº 142/15 dispondo sobre alteração de diversas leis tributárias. Foi parcialmente aprovado no tocante ao aumento da alíquota de ITBI, aumento da alíquota do IPVA, aumento das alíquotas de óleo diesel, gasolina e

Comissão de Economia, Orçamento e Finanças

PL Nº 142/15

Fis. Nº 14



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS**



querosene de aviação e, por conseguinte fazendo-se constar na mensagem que encaminhou o citado Projeto de Lei nº 142/15 os respectivos cálculos tendentes ao atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial :

.... à proposta de redução da alíquota do ICMS para o etanol e das bases de cálculo dos medicamentos genéricos e arroz, feijão, macarrão espaguete comum, óleo de soja, farinha de mandioca e de trigo, açúcar e carne bovina, bufalina, caprina, ovina e suína, isto é, como medida de compensação, o impacto negativo na arrecadação (R\$ 88,2 milhões) será suportado pelo incremento decorrente da elevação das alíquotas da gasolina (R\$ 102,9 milhões), do óleo diesel (R\$ 33,9 milhões) e dos serviços de comunicação (R\$ 100 milhões), resultando em um impacto positivo na arrecadação do ICMS, para o exercício de 2016, de R\$ 148,6 milhões, atendendo, assim, ao disposto no art. 14, inciso II, da LRF. (grifo nosso)

A Lei nº 5.452 de 19/02/2015 – oriunda do PL nº 142/2015 de autoria do Poder Executivo - foi aprovada nesta Casa e, há que se considerar que os efeitos compensatórios do aumento da arrecadação continuam os mesmos. A autora do Projeto de Lei em análise, na verdade, reapresenta a propositura que se pretendia originalmente pelo Poder Executivo e que fora retirada após prosperarem os aumentos tributários pretendidos.

Resta claro que a propositura em apreço, por estar acompanhada de medidas de compensação, por meio do aumento de receita proveniente da elevação de alíquotas e ampliação da base de cálculo atende ao disposto nas leis orçamentárias distritais e Lei de Responsabilidade Fiscal. Não obstante tal assertiva, é razoável observar que esta Casa de Leis aprovou os citados aumentos tributários confiante na rerepresentação das proposições que, em contrapartida, reduziam a carga tributária distrital, não o fazendo, procedeu a autora de forma correta e corrigiu a lacuna deixada pelo Poder Executivo.

Pelo exposto, votamos, no âmbito da CEOF, pela **admissibilidade e aprovação do Projeto de Lei nº 407/2015**, nos termos do art. 64, II, "a" e V, e § 2º do RICLDF.

Sala das Comissões, em...

DEPUTADO AGACIEL MAIA
Presidente

DEPUTADO PROF. RAFAEL PRUDENTE
Relator

Comissão de Economia, Orçamento e Finanças

PL Nº 407/2015
Fls. Nº 15



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS**



FOLHA DE VOTAÇÃO

PROPOSIÇÃO: PL 407/2015 – Dispõe sobre a redução da base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS nas operações com medicamentos genéricos.

Autor: Deputada Liliane Roriz

Relator: Deputado Rafael Prudente

Parecer: Pela admissibilidade e aprovação.

Assinam e votam o parecer os Deputados:

Titulares	Presidente - P	Acompanhamento				Destaque	Assinaturas
	Relator - R	Fav- rável	Con- trário	Abs- tenção	Ausente		
	Relator Ad Hoc-RAH Leitura - L						
Agaciel Maia	<i>[Handwritten mark]</i>	X				<i>[Signature]</i>	
Rafael Prudente	<i>[Handwritten mark]</i>	X				<i>[Signature]</i>	
Prof. Israel		X				<i>[Signature]</i>	
Júlio César					X		
Wasny de Roure				X		<i>[Signature]</i>	
Voto de desempate do Presidente (Art. 78, XVIII)							
Suplentes		Acompanhamento				Assinaturas	
Telma Rufino							
Robério Negreiros							
Joe Valle							
Bispo Renato							
Chico Leite							
TOTAIS		3		1	1		

() Concedida Vista ao(s) Dep.: _____

() Emendas apresentadas na reunião: _____

RESULTADO

APROVADO

() **REJEITADO** Relator do parecer do Vencido: Dep. _____

Reunião: 6ª Reunião Extraordinária

Em 30/06/2015

[Handwritten Signature]

Deputado AGACIEL MAIA
Presidente da CEOF

Comissão de Economia, Orçamento e Finanças

PL Nº 407/2015

Fls. Nº 16 30

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015		16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	60

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Ajudem-me a esclarecer aqui. Esta matéria não foi uma das que foi tratada e votada na CEOF? Naturalmente, o que foi apresentado agora não é da CEOF, apesar de o Deputado Rafael Prudente ser o Vice-Presidente da CEOF. O relatório dele foi por qual comissão?

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Comissão de Constituição e Justiça?

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Não, CEOF.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Mas a CEOF já tinha emitido o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – V.Exa. está com a razão. Já havia sido aprovado na comissão e não havia a necessidade da leitura do parecer. Foi erro da assessoria, Deputado.

Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 407, de 2015, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “dispõe sobre a redução da base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS nas operações com medicamentos genéricos”.

O exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira consiste em analisar se a proposição se adapta, se ajusta ou está abrangida pelo Plano Plurianual – PPA. Resta claro que a propositura em apreço, por estar acompanhada de medidas de compensação, por meio do aumento de receita

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 30 06 2015	Horário Início 16h15	Sessão/Reunião 59ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 61

proveniente da elevação de alíquotas e ampliação da base de cálculo, atende ao disposto nas leis orçamentárias distritais e Lei de Responsabilidade Fiscal.

Pela Comissão de Constituição e Justiça, temos os critérios para sua aprovação, dentre as quais sua constitucionalidade.

Pelo exposto, votamos, no âmbito da CCJ, pela admissibilidade e aprovação do Projeto de Lei nº 407, de 2015, nos termos do art. 64, II, "a" e V, e § 2º do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 407, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Esta Presidência informa que o projeto necessita de 16 votos favoráveis para sua aprovação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
 PRESIDÊNCIA
 SECRETARIA LEGISLATIVA

Data: 30/06/2015



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO EM: 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM

PARECER: ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
 COMISSÕES: CCJ CEOP CAS CDDHCEDP CAF CDC CSEG CESC
 CDESCTMAT MESA DIRETORA COMISSÃO ESPECIAL CFGTC

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S): _____

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S): _____

PROJETO DE LEI Nº(S): 407/2015

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S): _____

REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S): _____

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S): _____

VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: _____ FAVORÁVEL CONTRÁRIO

AUTORIA: DEPUTADO(A) LILIANE RORIZ Poder Executivo

RELATORIA: DEPUTADO(A) _____

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC			X			
	BISPO RENATO ANDRADE	PR			X			
	CHICO LEITE	PT			X			
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	JOE VALLE	PDT			X			
	JUAREZÃO	PRTB	X					
	JULIO CESAR	PRB	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	LIRA	PHS	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	PROF. ISRAEL	PV	X					
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X					
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	X					
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X					
	RICARDO VALE	PT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RODRIGO DELMASSO	PTN	X					
	SANDRA FARAJ	SD	X					
	TELMA RUFINO	PPL	X					
	WASNÝ DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	CELINA LEÃO	PDT			X			
T O T A L			19		5			

Liliane Roriz
SECRETÁRIO DA SESSÃO
 DEPUTADA LILIANE RORIZ

SECRETARIA LEGISLATIVA
PL Nº 407 / 15
 Folha nº 20

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 30 06 2015	Horário Início 16h15	Sessão/Reunião 59ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 62

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 122:

Discussão e Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.076, de 2014, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “dispõe sobre a desobrigação dos templos de qualquer culto (organizações religiosas) quanto ao pagamento de ICMS pelo uso dos serviços de água, luz, telefone e gás no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 26, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “concede a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS nas contas de serviços públicos distritais das igrejas e templos de qualquer culto e dá outras providências”.

Aprovado o parecer favorável da CEOF. A CCJ deverá se manifestar sobre o projeto e o substitutivo.

A Presidência designa o Deputado Raimundo Ribeiro para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, no âmbito desta comissão, somos pela admissibilidade dos projetos na forma do substitutivo apresentado.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.076, de 2014, e o Projeto de Lei nº 26, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando os projetos; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30	06	2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				63	

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
 PRESIDÊNCIA
 SECRETARIA LEGISLATIVA

Data: 30/06/2015

**REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL**VOTAÇÃO EM: 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM

- PARECER: ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
- COMISSÕES: CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CSEG CESC
- CDSECTMAT MESA DIRETORA COMISSÃO ESPECIAL CFGTC
- PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S): _____
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S): _____
- PROJETO DE LEI Nº(S): 2.076/2014 (EM TRAMITAÇÃO CONJUNTA COM PL 26/2015, DO DEP. JULIO CESAR)
- PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S): _____
- REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S): _____
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S): _____
- VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: _____ FAVORÁVEL CONTRÁRIO
- AUTORIA: DEPUTADO(A) LILIANE RORIZ Poder Executivo
- RELATORIA: DEPUTADO(A) _____

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC			X			
	BISPO RENATO ANDRADE	PR			X			
	CHICO LEITE	PT			X			
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	JOE VALLE	PDT			X			
	JUAREZÃO	PRTB	X					
	JULIO CESAR	PRB	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	LIRA	PHS	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	PROF. ISRAEL	PV	X					
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X					
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	X					
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X					
	RICARDO VALE	PT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RODRIGO DELMASSO	PTN	X					
	SANDRA FARAJ	SD	X					
	TELMA RUFINO	PPL	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	CELINA LEÃO	PDT			X			
T O T A L			19		5			

Liliane Roriz
SECRETÁRIA DA SESSÃO
 DEPUTADA LILIANE RORIZ

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015		16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	64	

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

Está aprovado na forma do substitutivo.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria só de agradecer a todos os Deputados que anuíram e concordaram com esse projeto de lei de autoria da Deputada Liliane Roriz e também de minha autoria. Eu tenho certeza de que as entidades sem fins lucrativos agradecem. Então, obrigado a todos os Deputados.

(Assume a Presidência a Deputada Liliane Roriz.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Item nº 123:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.733, de 2013, de autoria do Deputado Dr. Michel, que “altera a Lei nº 3.877, de 26 de junho de 2006, que dispõe sobre a política habitacional do Distrito Federal”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CAF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei nº 1.733, de 2013, de autoria do Deputado Dr. Michel, que “altera a Lei nº 3.877, de 26 de junho de 2006, que dispõe sobre a política habitacional do Distrito Federal”.

O projeto em questão dá prioridade de atendimento às famílias que tenham pelo menos um de seus membros assistidos pelo programa de internação domiciliar. Assim, manifestamos voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.733, de 2013, no âmbito da Comissão de Assuntos Fundiários, pelo alcance social de que se reveste essa matéria.

Aproveito a oportunidade para parabenizar o Deputado Dr. Michel pela sensibilidade em relação ao tema tratado neste projeto de lei.

O parecer é pela aprovação, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em discussão o parecer da CAF.
(Pausa.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015		16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	65	

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Robério Negreiros para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.733, de 2013, de autoria do Deputado Dr. Michel, que "altera a Lei nº 3.877, de 26 de junho de 2006, que dispõe sobre a política habitacional do Distrito Federal".

Como não há nenhuma afronta à Lei Orgânica do Distrito Federal e à Constituição, o meu voto é pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.733, de 2013. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30	06	2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	66

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de pedir a V.Exa. que invertesse a ordem, em função do *quorum*. Eu tenho a PELO nº 33, de 2011, que precisa de *quorum* qualificado e podemos aproveitar o número de Deputados presentes em plenário. É extrapauta, não está na Ordem do Dia. Eu pedi e foi acolhido. A PELO é de 2011.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Wasny de Roure, eles estão pegando. Vamos ao próximo item.

Item nº 124:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 173, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “institui as diretrizes para implantação da Política Pública de Valorização da Família no âmbito do Distrito Federal”.

Aprovado o parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais. A Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 173, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “institui as diretrizes para implantação da Política Pública de Valorização da Família no âmbito do Distrito Federal”.

O projeto atende aos princípios de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não havendo nenhum óbice à sua aprovação. Assim, no âmbito desta comissão, somos pela admissibilidade do PL nº 173, de 2015.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 173, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30	06	2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	67

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 126:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 130, de 2015, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que "dá nova denominação à ponte sobre o Lago Paranoá que liga a QI 10 do Lago Sul à via L4 Sul".

A proposição não recebeu pareceres nas comissões. A CAS e a CCJ deverão se manifestar em plenário.

Solicito ao relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria. (Pausa.)

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 130, de 2015, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que "dá nova denominação à ponte sobre o Lago Paranoá que liga a QI 10 do Lago Sul à via L4 Sul".

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos favoráveis à aprovação do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em discussão o parecer da CAS. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, designo o Deputado Robério Negreiros.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30	06	2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	68

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 130, de 2015, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “dá nova denominação à ponte sobre o Lago Paranoá que liga a QI 10 do Lago Sul à via L4 Sul”.

Sra. Presidente, como eu já tenho um entendimento na CCJ, não irei fugir a esse entendimento, porque o próprio Tribunal de Justiça já tem se manifestado pelo vício de iniciativa em relação à Câmara alterar ou colocar nomes, o que seria uma prerrogativa do Governador.

Como houve o acordo de Líderes e eu tenho um Líder e preciso respeitá-lo, vou me abster. Eu abro mão da relatoria, até mesmo porque, desde pequeno, entendo a ponte com um nome e mudar nessa altura do campeonato...? Qual é o nome proposto? Honestino?

Portanto, o meu voto é pela inadmissibilidade.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito vista do referido projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Vista concedida.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 33, de 2011, de autoria do Deputado Wasny de Roure e outros, que “modifica o art. 241 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure para discutir.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, apenas quero esclarecer aos colegas desta Casa que essa proposição é um suporte, um apoio ao desenvolvimento do ensino superior no Distrito Federal a ser bancado pelo Governo do Distrito Federal. É uma provisão financeiro-orçamentária, para a qual eu peço o apoio de cada um dos colegas Deputados, porque fortalece a educação no Distrito Federal e dá esperança a nossa juventude.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	69

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Continua em discussão.
(Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Esta Presidência alerta que essa proposição necessita de 16 votos para a aprovação.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
 PRESIDÊNCIA
 SECRETARIA LEGISLATIVA

Data: 30/06/2015



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO EM: 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM

- PARECER: ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
 COMISSÕES: CCJ CEOP CAS CDDHCEDP CAF CDC CSEG CESC
 CDESCMAT MESA DIRETORA COMISSÃO ESPECIAL CFGTC

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S): 33/2011

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S): _____

PROJETO DE LEI Nº(S): _____

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S): _____

REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S): _____

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S): _____

VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: _____ FAVORÁVEL CONTRÁRIO

AUTORIA: DEPUTADO(A) WASNY DE ROURE e outros Poder Executivo

RELATORIA: DEPUTADO(A) _____

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC			X			
	BISPO RENATO ANDRADE	PR			X			
	CHICO LEITE	PT			X			
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	JOE VALLE	PDT			X			
	JUAREZÃO	PRTB	X					
	JULIO CESAR	PRB	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	LIRA	PHS	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	PROF. ISRAEL	PV	X					
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X					
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	X					
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB			X			
	RICARDO VALE	PT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RODRIGO DELMASSO	PTN	X					
	SANDRA FARAJ	SD	X					
	TELMA RUFINO	PPL	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	CELINA LEÃO	PDT			X			
T O T A L			18		6			

SECRETARIA LEGISLATIVA

PELO Nº 33 / 2011

Folha nº 19 cmf

SECRETÁRIO DA SESSÃO
 DEPUTADO SANDRA FARAJ

SECRETARIA LEGISLATIVA

PELO Nº 33 / 2011

Folha nº 19 cmf

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015		16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	70	

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Está aprovada.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 127:

Discussão e Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.614, de 2013, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "proíbe a terceirização dos serviços de vistoria veicular no Distrito Federal".

Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.614, de 2013, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "proíbe a terceirização dos serviços de vistoria veicular no Distrito Federal".

Concluimos que o projeto não apresenta qualquer óbice do ponto de vista orçamentário e financeiro nem qualquer óbice quanto ao mérito.

Assim, no âmbito da CEOF, somos pela admissibilidade e aprovação do presente projeto de lei.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em discussão o parecer da CEOF.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu só queria deixar claro a todos os Parlamentares aqui presentes, homens e mulheres, o que é abordado efetivamente nesse projeto. Existia uma discussão no Brasil inteiro sobre terceirizar, e em alguns Estados, como São Paulo, foi terceirizada a inspeção veicular. O que é a inspeção veicular? É a realização de uma inspeção no veículo para saber se ele está dentro das normas. Se estiver, é dado o registro para que possa ser liberada toda a documentação. Essa é uma ameaça que existe no Distrito Federal desde o Governo Agnelo. Nós apresentamos o projeto para que não haja terceirização da inspeção. Não estamos falando dos demais serviços de vigilância, de limpeza ou de atendimento não. Estamos falando da inspeção veicular. Onde essa inspeção foi terceirizada no Brasil deu rolo. Deu rolo. Portanto, o projeto visa proibir que essa inspeção saia da responsabilidade do Estado.

Peço o apoio de todos os pares nesse sentido.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Continua em discussão.
(Pausa.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	71		

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, designo o Deputado Robério Negreiros.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de emitir o parecer, eu gostaria de informar sobre o projeto de autoria do Deputado Ricardo Vale de que o Deputado Wasny de Roure pediu vista.

Além do entendimento do Tribunal de Justiça em relação ao vício de iniciativa, existe uma lei que foi aprovada por esta Casa, a Lei nº 4.052, de 2007, vigente, de autoria do ex-Deputado Milton Barbosa, que impõe todas as regras para alteração de nomes ou colocação de nomes... Porque a comunidade da RA do Lago Sul tem que ser ouvida também para sabermos se ela tem interesse em mudar o nome da ponte. Isso é muito importante. Fica o meu voto pela inadmissibilidade.

Passamos ao projeto em pauta.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.614, de 2013, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "proíbe a terceirização dos serviços de vistoria veicular no Distrito Federal".

No âmbito da CCJ, nosso voto é pela admissibilidade da matéria, em função de não haver nenhuma colisão com atos da Constituição e da Lei Orgânica do Distrito Federal, até mesmo porque é uma defesa feita pelo Deputado Chico Vigilante da atividade-fim, finalística, a atividade do Detran, que não deve ser terceirizada.

Só para não ter confusão, como eu fiz um comentário inicial, o parecer é pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 1.614, de 2013.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	72		

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.614, de 2013. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

(Assume a Presidência a Deputada Sandra Faraj.)

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria pedir a inclusão, na Ordem do Dia de hoje, do Projeto de Lei nº 461, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que "concede remissão e anistia aos débitos administrativos distritais das entidades religiosas de qualquer culto e das entidades de assistência social e isenta as mencionadas entidades do pagamento daqueles débitos em 2015", e também do Projeto de Lei nº 80, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que "dispõe sobre regras para comercialização de alimentos e produtos congêneres em vias e áreas públicas do Distrito Federal, denominada comida de rua, e dá outras providências".

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Este Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Item nº 128:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.626, de 2013, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que "dispõe sobre a inclusão no Calendário Oficial do Distrito Federal do Dia do Profissional de Trânsito, a ser comemorado anualmente no dia 25 de setembro".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30	06	2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	73

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 129:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 730, de 2012, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “dispõe sobre o programa IPTU-Verde, destinado a proteger, preservar e recuperar o meio ambiente no Distrito Federal”.

Foram apresentadas três emendas de plenário.

A Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverão se manifestar sobre as emendas.

Solicito ao Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, Deputado Cristiano Araújo, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 730, de 2012, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “dispõe sobre o programa IPTU-Verde, destinado a proteger, preservar e recuperar o meio ambiente no Distrito Federal”.

Pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, o parecer é favorável na forma do substitutivo com as subemendas apresentadas em plenário, as Subemendas nºs 1, 2 e 3.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Em discussão o parecer da CDESCTMAT. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015		16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	74	

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Dr. Michel, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria. (Pausa.)

O Deputado Wasny de Roure encontra-se em plenário?

Algum Deputado da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças encontra-se em plenário?

A Presidência designa o Deputado Prof. Israel para emitir o parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Israel, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a inclusão do Projeto de Lei nº 523, de 2015, de autoria do Poder Executivo, e do Projeto de Lei nº 524, de 2015, também de autoria do Poder Executivo, na Ordem do Dia, como itens extrapauta.

Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Eu vou consultar os Líderes e em seguida darei uma resposta.

Com a palavra o Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. E Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 730, de 2012, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “dispõe sobre o programa IPTU-Verde, destinado a proteger, preservar e recuperar o meio ambiente no Distrito Federal”.

Sra. Presidente, acato o substitutivo e acato as duas subemendas de primeiro turno apresentadas ao substitutivo. Esse é o parecer no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Retificando, Sra. Presidente, acato as três subemendas apresentadas ao substitutivo. Somos, portanto, pela admissibilidade do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 30 06 2015	Horário Início 16h15	Sessão/Reunião 59ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 75

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Robério Negreiros para emitir o parecer sobre a matéria. (Pausa.)

A Presidência designa o Deputado Bispo Renato Andrade para emitir o parecer, visto que o Deputado Robério Negreiros e eu somos autores da matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 730, de 2012, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “dispõe sobre o programa IPTU-Verde, destinado a proteger, preservar e recuperar o meio ambiente no Distrito Federal”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do Projeto de Lei, do substitutivo e das emendas apresentadas.

Esse é o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

(Assume a Presidência a Deputada Liliane Roriz.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 730, de 2012. (Pausa.)

Esta Presidência informa que a proposta necessita de 16 votos favoráveis para sua aprovação.

A Presidência vai suspender os trabalhos durante cinco minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 20h16min, a sessão é reaberta às 20h32min.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Eu gostaria de chamar os Deputados para darmos continuidade às votações. Acabou o tempo do intervalo para

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	76

o lanche. Eu gostaria que a assessoria chamasse os seus respectivos Deputados para retornarmos à nossa votação.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, em tratativa com os colegas Deputados, sobretudo com o Relator da matéria, Deputado Robério Negreiros, eu estou devolvendo à Mesa o projeto de lei de que pedi vista. Quero apenas reafirmar a absoluta legitimidade da propositura para que ela possa, ainda no dia de hoje, vir a plenário com a devida instrução do processo pelo Relator, Deputado Robério Negreiros, pela Comissão de Constituição e Justiça. Peço, então, a V.Exa. que o mantenha na pauta e, no momento adequado, peça a apreciação da matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria que isso fosse colocado novamente em votação, porque eu tenho uma alteração do voto.

(Pausa, com intervenções fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal para verificação de *quorum*.

(Procede-se a verificação de *quorum*.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015		16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	77	

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Estão presentes 14 Deputados.

Item nº 130:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.026, de 2014, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “dispõe sobre atividades dos profissionais de administração ou com habilitação específica registrado no Conselho Regional de Administração e dá outras providências”

A proposição não recebeu parecer da CAS e da CCJ. As comissões deverão se manifestar sobre o assunto.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 2.026, de 2014, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “dispõe sobre atividades dos profissionais de administração ou com habilitação específica registrado no Conselho Regional de Administração e dá outras providências”.

No âmbito desta comissão, somos favoráveis ao respectivo projeto na forma do substitutivo apresentado pelo Deputado Chico Leite.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em discussão o parecer da CAS. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, designo o Deputado Robério Negreiros.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	78		

Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 2.026, de 2014, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que "dispõe sobre atividades dos profissionais de administração ou com habilitação específica registrado no Conselho Regional de Administração e dá outras providências".

No âmbito desta comissão, somos pela admissibilidade do referido projeto na forma da Emenda Substitutiva nº 3; e pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 e 2 da CAS.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.026, de 2014. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso para declaração de voto.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, primeiro, quero parabenizar o Deputado Cristiano Araújo, que teve a sensibilidade de apresentar um projeto de lei que valoriza a profissão de administrador no Distrito Federal. Eu falo isso, Deputado, porque sou oriundo do movimento que, desde 2000, luta pela valorização dessa profissão no Brasil. Fui Presidente da Federação Nacional de Estudantes de Administração – FENEAD. Está ali o meu amigo Eraldo, que foi meu diretor financeiro à época, junto da diretoria regional e da diretoria nacional; o nosso amigo ali do lado, que foi diretor regional da Fenead aqui do Distrito Federal; o meu amigo Rui, que está ali presente também. Hoje sou administrador, não tenho só o certificado, sou também inscrito no Conselho Regional de Administração – estou pagando em dia. Parabenizo V.Exa., Deputado Cristiano Araújo, por valorizar essa profissão. Eu digo o seguinte: quando nós tivermos administradores nos órgãos de gestão desta

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA		
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO		SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2015	16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	79	

cidade, não vamos passar por apagão de gestão e por essa crise financeira que estamos vivendo.

Parabéns, Deputado Cristiano Araújo! Parabéns, administradores! Parabéns, Câmara Legislativa! Um abraço.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo para declaração de voto.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria apenas de cumprimentar meus colegas de profissão, os administradores. Acho que esse projeto veio dar um reconhecimento à profissão dos administradores. Hoje, o que nós vemos em órgãos públicos são diversas pessoas que não têm a capacitação para estarem exercendo determinados cargos, enquanto existem administradores concursados que ficam escanteados no âmbito da administração pública. Então, com esse projeto, procuramos melhorar a gestão pública e trazer um serviço mais eficiente do Estado para a população.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente para declaração de voto.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, aproveito a oportunidade também para parabenizar o Deputado Cristiano Araújo pela sensibilidade e pelo desenho deste projeto. Parabenizo todos os administradores, também me incluo, sou formado em Administração de Empresas. Quero deixar o meu registro e parabenizar mais uma vez o Deputado Cristiano Araújo pelo excelente trabalho e pela valorização da categoria de administrador. Parabéns!

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj para declaração de voto.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Eu queria parabenizar os administradores. Faço minhas as palavras do Deputado Rafael Prudente. Também sou administradora por profissão, por formação, e queria parabenizar o Deputado Cristiano Araújo pela sensibilidade e pela relevância do projeto. Quanto mais os administradores estiverem amparados, será melhor. Então, parabéns a todos!

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure para declaração de voto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Quero aqui reforçar as palavras dos colegas. Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar o autor da proposição, o Deputado Cristiano Araújo. Ao adentrar o recinto, fui abordado pelas lideranças do conselho. Achei extremamente

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015		16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	80	

criativa a propositura, Deputado Cristiano Araújo, bastante inteligente, além da articulação com o segmento. Portanto, é uma vitória do mandato de V.Exa.; e desta Casa, por ter corroborado com esse entendimento e por ter publicizada a proposta; e, naturalmente, do próprio conselho, que se reafirma perante o Distrito Federal, pela relevante unidade da Federação que representa esta cidade hoje.

Parabéns a todos os integrantes desse segmento e agradeço a sensibilidade de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Item nº 131:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 62, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que "institui a meia entrada em espetáculos teatrais e musicais, exposições de arte, exhibições cinematográficas e demais manifestações culturais e esportivas para os portadores de câncer".

Aprovado o parecer favorável da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle. A Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, designo o Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a V.Exa. que aprecie, respeitando a ordem, o Projeto de Lei nº 130, de 2015, de autoria do Deputado Ricardo Vale.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Robério Negreiros, estamos em processo de votação.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 69, de 2015, de autoria do Deputado Chico Leite, que "institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia do Atleta".

A proposição é conveniente e oportuna, uma vez que homenageia os atletas que se dedicam com afinco à prática dos esportes com sacrifício do convívio de família e amigos, com alimentação e sonos regrados, procurando superar seus

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2015		16h15	59ª SESSÃO ORDINÁRIA		81

próprios limites e muitas vezes representando o Brasil e o Distrito Federal em competições.

Por estas razões, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 69, de 2015, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 62, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o Relator da Comissão de Constituição e Justiça disse que o autor do projeto seria o Deputado Chico Leite, mas, na verdade, o projeto é de minha autoria. O Relator leu outro projeto. Qual o número do projeto votado agora? Acho que há um erro.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Não, não, está certinho.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Qual projeto?

DEPUTADO JULIO CESAR – O Relator leu o Projeto de Lei nº 69.

(Intervenções fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Item nº 132:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 572, de 2011, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “estabelece critérios e horários para manifestações ao longo da via do Eixo Monumental”.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.